Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCIV • Nº 21 | Poder Legislativo | Recife, quinta-feira, 9 de fevereiro de 2017

Proposta de lei estadual anticorrupção é apresentada na Assembleia

Texto foi elaborado por comissão especial instalada no final do ano passado

HENRIQUE GENECY

OBJETIVO - A proposta visa à responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas envolvidas em atos contra a administração pública

O texto-base do Projeto de Lei Estadual Anticorrupção foi apresentado, ontem, à comissão especial criada na Assembleia Legislativa para tratar do tema. Entre os principais destaques, a proposta aborda o mecanismo do acordo de leniência e cria um Fundo Estadual de Combate à Corrupção. Além de ser encaminhado ao Governo do Estado, responsável pela iniciativa do Projeto de Lei no âmbito do Poder Executivo, será elaborada uma proposição, nos mesmos moldes, tratando das apurações no Poder Legislativo.

Com base na Lei Federal 12.846/2013, a proposta visa à responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas envolvidas em atos contra a administração pública. O projeto foi elaborado durante o recesso parlamentar de janeiro por um grupo de trabalho integrado por assessores jurídicos da comissão e técnicos da Consultoria Legislativa da Alepe (Consuleg), da Controladoria Geral do Estado (CGE) e da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

O documento contém 74 dispositivos, que estabelecem processos administrativos para apurar os atos ilícitos e responsabilidades. Indica ainda os agravantes e atenuantes para o valor da multa a ser aplicada em caso de sanção administrativa. Entre os fatores para aumento da penalidade estão o valor do contrato superior a R$ 1 milhão, a interrupção na prestação de serviço público ou a paralisação de obra pública.

À semelhança das delações premiadas, feitas por pessoas físicas, os acordos de leniência poderão ser firmados por pessoas jurídicas com a CGE, PGE, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público de Pernambuco. Se desse acordo resultarem a identificação dos demais envolvidos na infração, obtenção de informações e documentos, além de outras obrigações previstas, a empresa poderá ser beneficiada com a suspensão de ações e procedimentos relacionados aos fatos apurados e redução das penalidades.

O presidente da comissão especial, deputado Rodrigo Novaes (PSD), enfatizou que os acordos de leniência vão funcionar nos moldes do que tem sido feito pela Operação Lava Jato. “O projeto cria uma série de instrumentos e ferramentas para que a gente possa dar mais transparência nessa relação do setor privado com o público e no sentido também de identificar os envolvidos em infrações”, acrescenta.

A matéria propõe a criação, ainda, de um Fundo Estadual Vinculado de Combate à Corrupção, ao qual serão destinadas receitas provenientes da aplicação da Lei Anticorrupção e de outros convênios e parcerias. Estes recursos serão destinados à estruturação da Secretaria da Controladoria Geral do Estado (SCGE) e ações educativas voltadas para o controle social e o combate à corrupção. A proposição aponta também para o lançamento de um canal estadual de denúncias anticorrupção e de um Código de Ética da Administração Pública Estadual.

ENCAMINHAMENTOS - Ficou definido que, dentro de uma semana, será preparada uma versão do texto para embasar um Projeto de Resolução do Poder Legislativo. Este deve ser entregue à Presidência da Alepe pela comissão no dia 20 de fevereiro. Na mesma semana, deve ocorrer uma reunião da comissão para a entrega do texto-base do Projeto de Lei ao governador Paulo Câmara.

Para a relatora da comissão especial, Priscila Krause (DEM), ao coordenar a formulação das propostas, a Assembleia exerce papel de relevância numa discussão “absolutamente atual no País”. “O mais importante do projeto é sua contribuição para fomentar uma cultura de combate à corrupção. Isso precisa acontecer no País, e cada Estado tem que dar a sua contribuição”, avalia.

Álvaro Porto enaltece ações do Ministério das Cidades em Pernambuco

Deputado comentou o empenho do titular da pasta, Bruno Araújo

ROBERTO SOARES

DESTAQUE - Parlamentar citou repasse de R$ 200 milhões para obras do PAC no Recife

Programas conduzidos com recursos do Ministério das Cidades em Pernambuco renderam elogios do deputado Álvaro Porto (PSD), durante a Reunião Plenária de ontem. Na opinião do parlamentar, a atuação do órgão merece o reconhecimento dos pernambucanos e da gestão estadual.

Porto destacou, especialmente, o "empenho" do titular da pasta, o pernambucano Bruno Araújo. "Desde que assumiu, há nove meses, ele tem cumprido seu papel da melhor forma, driblando a crise nacional e trabalhando para o bem do País e de seu Estado", avaliou.

O deputado enumerou realizações recentes do Ministério das Cidades, como repasses de R$ 200 milhões para obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Recife, e de R$ 82 milhões para intervenções na Região Metropolitana do Recife (RMR).

O parlamentar citou que o Ministério assegurou R$ 38 milhões para obras em encostas, R$ 54 milhões para a execução do Parque Capibaribe e R$ 105 milhões para melhoria de calçadas na Capital. Segundo Porto, ainda estão garantidos R$ 61 milhões para manutenção do Metrô do Recife, e os estudos para a ampliação da linha para Suape, ao custo de R$ 250 milhões.

"Para o Interior do Estado, também vieram investimentos. Para Caruaru (Agreste), foram destinados R$ 10 milhões para a requalificação da feira da cidade. Outros R$ 40 milhões serão liberados neste primeiro semestre para pavimentação, saneamento e urbanização em 60 municípios", apontou, listando intervenções previstas para Bezerros e Correntes, no Agreste, e Vitória de Santo Antão, Água Preta e Palmares, na Zona da Mata.

Álvaro Porto ainda queixou-se de que, no último fim de semana, "o governador Paulo Câmara entregou sistemas de abastecimento de água na região de Surubim (Agreste), sem citar os aportes federais que viabilizaram as obras". O deputado enfatizou ser preciso defender publicamente "os compromissos cumpridos pelo Palácio do Planalto com Pernambuco".

PLENÁRIO

Homenagem ao Grupo Cornélio Brennand

Uma Reunião Solene no dia 28 de março, em homenagem aos 100 anos de atividade do Grupo Cornélio Brennand, foi proposta, ontem, pelo deputado Antônio Moraes (PSDB). O grupo é composto pela fábrica de vidros planos Vivix, localizada em Goiana (Mata Norte), e por outras empresas com atuação nos setores de desenvolvimento imobiliário, geração de energia, produção de açúcar, telhas, cimento e cerâmica. "Ao longo de sua trajetória, tornou-se marca de sucesso empresarial e traz como diretriz a expansão contínua das suas atividades, gerando empregos com responsabilidade social e ambiental", frisou o parlamentar. "Ao atuar em importantes setores da economia, o grupo busca em cada empreendimento refletir o dinamismo, a integridade e a excelência que fazem parte de suas ações", sublinhou Antônio Moraes.

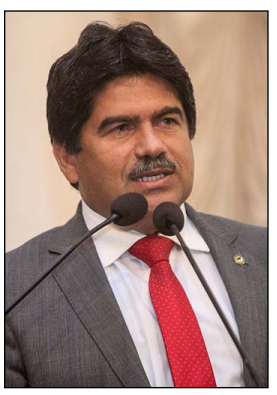
Prioridades do mandato

No primeiro pronunciamento em Plenário, a deputada Laura Gomes (PSB) anunciou, ontem, as prioridades de seu mandato na Assembleia Legislativa. A parlamentar integra o grupo de deputados que tomaram posse no início de janeiro, em substituição aos que foram eleitos prefeitos. Segundo ela, a meta é fazer com que os 24 meses (correspondentes ao biênio 2017-2018) como deputada valham como um mandato de quatro anos, "a fim de honrar as esperanças e votos depositados pelos eleitores". Laura agradeceu os votos recebidos em 147 municípios e, sobretudo, aos eleitores de Caruaru, no Agreste. Entre suas linhas de ação, ressaltou que buscará promover a qualidade de vida da população, o comportamento ético, além de defender as reivindicações das mulheres, especialmente relacionadas à área da segurança. A deputada também afirmou que vai lutar pela execução de obras e serviços para o povo pernambucano.

Luta em prol do Araripe e das mulheres

Em seu pronunciamento de estreia no Plenário do Palácio Joaquim Nabuco, ontem, a deputada Roberta Arraes (PSB) firmou o compromisso de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado, "com olhar especial para a região do Araripe". A parlamentar, que destacou o crescimento da bancada feminina neste segundo biênio da 18ª Legislatura, prometeu atuar com o objetivo de dar mais voz ao segmento. A deputada garantiu, ainda, que buscará o equilíbrio nas discussões. "Consciente da pluralidade desta Casa, nortearei minha conduta no respeito ao Poder e aos meus colegas de Parlamento. Asseguro que nossas divergências ocorrerão no âmbito das ideias e das convicções, nunca no campo pessoal", frisou. Os deputados Diogo Moraes (PSB), Socorro Pimentel (PSL), Simone Santana (PSB), Aluísio Lessa (PSB), Augusto César (PTB) e Lucas Ramos (PSB), além de Tony Gel (PMDB), Sílvio Costa Filho (PRB) e Zé Maurício (PP), fizeram apartes de boas-vindas à parlamentar.

Ação social e história de vida



O trabalho social e a trajetória de superação na vida pessoal foram os destaques do primeiro discurso do deputado Jadeval de Lima (PDT), ontem, na Casa Joaquim Nabuco. O parlamentar assumiu uma vaga no início do ano, no lugar do Professor Lupércio, atual prefeito de Olinda. "Em meio a uma crise econômica e institucional no País, temos de trabalhar com disposição para fazer Pernambuco voltar a crescer", pontuou. O deputado salientou as ações sociais que realizou como vereador, à frente de diversos projetos como o Centro de Apoio à Família (CAF). "Esse trabalho permitiu-me um processo de aprendizado sobre políticas públicas e, acima de tudo, um contato com o povo", relatou. Ele também relembrou passagens de sua história. "Lembro da época em que trabalhei como auxiliar de serviços gerais. De família humilde, lutava pela vida em meio a muitas dificuldades", frisou. Jadeval de Lima foi saudado pelos deputados Zé Maurício (PP), Odacy Amorim (PT), Eriberto Medeiros (PTC), Tony Gel (PMDB) e Beto Accioly (PSL).

Deputados defendem diálogo na análise de reajuste para militares

Representantes do Governo e da Oposição foram à tribuna, na Reunião Plenária de ontem

ROBERTO SOARES

COSTA FILHO - "Queremos tratar tema com responsabilidade"

ROBERTO SOARES

TEREZINHA - "Negociação com Comando da PM foi correta"

Representantes do Governo e da Oposição foram à tribuna, durante a Reunião Plenária de ontem, defender que os parlamentares priorizem o diálogo e conduzam de forma responsável a análise e a votação do Projeto de Lei Complementar (PLC) n° 1.166/2017, que reajusta vencimentos e altera a carreira de policiais e bombeiros militares. A matéria, encaminhada pelo Poder Executivo em regime de urgência, começará a ser analisada pelas comissões da Casa na próxima segunda (13).

Em discurso no Pequeno Expediente, o líder da Oposição, deputado Sílvio Costa Filho (PRB), disse que solicitará ao presidente da Comissão de Justiça, deputado Waldemar Borges (PSB), a convocação dos secretários estaduais de Administração, de Defesa Social e da Fazenda para participar da reunião do colegiado. "A ideia é que eles possam explicar o projeto e esclarecer as dúvidas dos parlamentares. Com isso, poderemos nos posicionar sobre a matéria de maneira mais apropriada", alegou.

De acordo com Costa Filho, a Bancada de Oposição ainda está firmando seu posicionamento sobre a proposta. No momento, os deputados do grupo estariam dialogando com representantes das corporações. "Queremos tratar a proposição da forma mais responsável possível. Reconhecemos que o projeto traz avanços, mas avaliamos que o Governo errou na condução do processo, quando deixou de dialogar com as associações", afirmou.

A deputada Terezinha Nunes (PSDB) foi à tribuna, no Grande Expediente, elogiar a postura de equilíbrio defendida pela Oposição. "Esta Casa viveu momentos de nervosismo, nos últimos dias, durante as discussões sobre esse projeto. No entanto, o pronunciamento feito hoje por Sílvio Costa Filho nos mostrou que a bancada vai agir em prol do diálogo, e não da política do 'quanto pior, melhor'", observou.

A parlamentar aproveitou, ainda, para defender a forma como o Executivo conduziu as negociações com os militares. "A decisão do Governo foi correta. A base deve ser ouvida, mas o encaminhamento da negociação deve ser do Comando-Geral da PM, que é uma instituição hierarquizada", ressaltou.

Em aparte, Waldemar Borges salientou o empenho do Governo ao apresentar o projeto, que terá impacto de R$ 303 milhões no orçamento deste ano. "Este não é um esforço trivial, especialmente num momento econômico de crise", disse. "Reconhecemos o empenho do Executivo em resolver o problema salarial, mas fica um passivo: a forma inadequada como o Governo vem tratando a questão da democracia e do controle social sobre as forças policiais militares", comentou, também em aparte, o deputado Edilson Silva (PSOL).

Carnaval

Adalto Santos critica Polo Gospel em Olinda

A criação de um Polo Gospel no Carnaval de Olinda, em 2017, foi criticada no discurso do deputado Adalto Santos (PSB), no Grande Expediente de ontem. O socialista fez um apelo para que o prefeito da cidade, Professor Lupércio, cancele as atrações voltadas para os evangélicos durante a festa.

"Fazemos todo um esforço para tirar a juventude das drogas e da promiscuidade, e isso pode se perder se essas pessoas participarem do Carnaval", declarou o deputado, que é evangélico. "Se for necessário, vamos reunir um grupo de parlamentares e conversar com o prefeito sobre o 'prejuízo espiritual' que a iniciativa trará para a nossa juventude. Como o gestor também é evangélico, é alguém que sabe o custo que é perder uma alma", considerou Adalto Santos.

ROBERTO SOARES

OPINIÃO - Prejuízo espiritual

Outros integrantes da "bancada evangélica" criticaram a criação do polo, como o Pastor Cleiton Collins (PP), Jadeval de Lima (PDT) e Bispo Ossesio Silva (PRB). "Foi muito triste o prefeito dizer que vai fazer 'o melhor carnaval'. Ao invés disso, ele deveria dizer que vai construir as melhores escolas e hospitais em Olinda", opinou Cleiton Collins. "Evangélico não brinca no Carnaval. O que devemos fazer é evangelizar e cuidar dos feridos nesta festa, que provoca muitos problemas com álcool e drogas", concluiu Collins.

Já os deputados Antônio Moraes (PSDB) e Teresa Leitão (PT) preferiram apoiar a inovação do prefeito de Olinda. "A criação de polos descentralizados já vem de anos anteriores, e as atrações evangélicas vão ficar na Avenida Presidente Kennedy, onde hoje não tem Carnaval. Acredito que devemos dar um voto de confiança ao gestor", avaliou Teresa Leitão.

Educação

Teresa Leitão projeta ano de desafios para Comissão

A realização de concurso público e a concessão de reajuste aos professores da Rede Estadual serão dois dos principais "desafios" em pauta na Comissão de Educação em 2017, segundo informou a presidente do colegiado, deputada Teresa Leitão (PT), em discurso na Reunião Plenária de ontem.

Na avaliação da petista, que foi reconduzida ao cargo na Comissão, é preciso avançar nessas questões para reduzir a proporção de profissionais com contratos temporários na Rede – que hoje representam um terço dos professores do Estado, segundo dados citados pela parlamentar –, e garantir a implementação do piso salarial nacional do magistério, que ficará em R$ 2.298,80, conforme anunciado pelo Ministério da Educação no início do ano.

"Os desafios continuam e se intensificam diante da ruptura institucional e da crise política e econômica, sem qualquer controle dos governos", considerou, projetando também discussões sobre a Reforma do Ensino Médio e a organização de mais uma edição do Seminário Estadual de Educação do Poder Legislativo.

Outro tema que deve merecer atenção especial do colegiado é a tramitação, na Alepe, das novas regras para o Sistema de Incentivo à Cultura (SIC). "O Governo enviou essa matéria para o Legislativo, já não era sem tempo, e faremos o debate necessário para que tenhamos sua aprovação o quanto antes', registrou Teresa Leitão.

ROBERTO SOARES

PAUTA - Concurso público

O deputado Bispo Ossesio Silva (PRB) e o líder da Oposição, Sílvio Costa Filho (PRB), manifestaram apoio à deputada em apartes. "Tivemos melhoria em indicadores da educação nos últimos anos, mas muitos pontos ainda preocupam: as instalações das escolas precisam de cuidados, as condições de trabalho têm deixado professores desmotivados, há profissionais dando aulas de matérias que não são as suas e já se percebe a frustração com perdas salariais", descreveu Costa Filho.

Mais cinco Comissões Permanentes definem presidentes

Nova composição vai conduzir atividades no biênio 2017-2018

Outras cinco Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa realizaram reuniões de instalação na manhã de ontem, elegendo presidentes e vice-presidentes para conduzir as atividades no biênio 2017-2018. Foram definidas as lideranças de Meio Ambiente, Saúde, Cidadania, Educação e Assuntos Internacionais.

O deputado Zé Maurício (PP) foi reeleito para coordenar a Comissão de Meio Ambiente, junto com o vice, também reconduzido, José Humberto Cavalcanti (PTB). O parlamentar adiantou que discutirá a utilização de energia sustentável e o agravamento da seca, entre outros assuntos. “Espero muito trabalho durante esse período, para que o meio ambiente seja preservado com respeito, em benefício da população e das futuras gerações”, avaliou Zé Maurício.

Também ficou definido que Edilson Silva (PSOL) segue na presidência da Comissão de Cidadania, que contará com a deputada Laura Gomes (PSB) como vice. "Esse colegiado é de extrema importância, não tanto pelo processo legislativo em si, mas do ponto de vista institucional e político, ao fazer a interface desta Casa com a sociedade civil", ressaltou o psolista. Durante a reunião, Silva apresentou o relatório de atividades do último biênio (2015-2016) e fez a distribuição de 22 projetos para relatoria.

A Comissão de Educação e Cultura reelegeu como presidente a deputada Teresa Leitão (PT). A vice-presidência ficou com Simone Santana (PSB). “Este ano teremos dois grandes eventos no colegiado: o Seminário de Educação do Poder Legislativo e a abertura da Conferência Estadual de Educação. Também precisaremos lidar com questões pontuais, como a definição do aumento salarial para os professores e a convocação dos concursados na área”, relatou a petista. A parlamentar também destacou o debate que deverá ser feito na Comissão sobre o Projeto de Lei nº 1157/2017, que modifica o Sistema de Incentivo à Cultura (SIC) de Pernambuco e será distribuído na próxima reunião.

JOÃO BITA

INSTALAÇÃO - A Comissão de Saúde foi um dos colegiados que definiu sua composição ontem

Composição das comissões para o biênio 2017-2018

COMISSÃO	TITULARES	SUPLENTES
Educação e Cultura	**Teresa Leitão (PT) - presidente** **Simone Santana (PSB) - vice-presidente** Edilson Silva (PSOL) Eduíno Brito (PP) Gustavo Negromonte (PMDB)	Adalto Santos (PSB) Bispo Ossesio Silva (PRB) Clodoaldo Magalhães (PSB) João Eudes (PDT) Sílvio Costa Filho (PRB)
Meio Ambiente	**Zé Maurício (PP) - presidente** **José Humberto Cavalcanti (PTB) - vice-presidente** Henrique Queiroz (PR) Laura Gomes (PSB) Socorro Pimentel (PSL)	Aluísio Lessa (PSB) Edilson Silva (PSOL) Júlio Cavalcanti (PTB) Lucas Ramos (PSB) Romário Dias (PSD)
Saúde e Assistência Social	**Roberta Arraes (PSB) - presidente** **Odacy Amorim (PT) - vice-presidente** Aluísio Lessa (PSB) Augusto César (PTB) Simone Santana (PSB)	Antônio Moraes (PSDB) Bispo Ossesio Silva (PRB) Clodoaldo Magalhães (PSB) Edilson Silva (PSOL) Isaltino Nascimento (PSB)
Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular	**Edilson Silva (PSOL) - presidente** **Laura Gomes (PSB) - vice-presidente** André Ferreira (PSC) Bispo Ossesio Silva (PRB) Pastor Cleiton Collins (PP)	Adalto Santos (PSB) Isaltino Nascimento (PSB) Odacy Amorim (PT) Socorro Pimentel (PSL) Terezinha Nunes (PSDB)
Assuntos Internacionais	**Bispo Ossesio Silva (PRB) - presidente** **Beto Accioly (PSL) - vice-presidente** Joaquim Lira (PSD) José Humberto Cavalcanti (PTB) Pedro Serafim Neto (PDT)	João Eudes (PDT) Odacy Amorim (PT) Romário Dias (PSD) Sílvio Costa Filho (PRB) Vinícius Labanca (PSB)
Ética Parlamentar	Bispo Ossesio Silva (PRB) Claudiano Martins Filho (PP) Isaltino Nascimento (PSB) Joaquim Lira (PSD) Laura Gomes (PSB) Odacy Amorim (PT) Tony Gel (PMDB)	Lucas Ramos (PSB) Priscila Krause (DEM) Roberta Arraes (PSB) Rogério Leão (PR) Teresa Leitão (PT) Waldemar Borges (PSB) Zé Maurício (PP)

A Comissão de Saúde será comandada pela deputada Roberta Arraes (PSB). “Fazer as UPAs funcionarem e interiorizar a saúde são grandes desafios em Pernambuco. Tenho certeza de que o Governo encontrará caminhos para isso, e o nosso colegiado irá ajudar a buscar essas soluções”, avaliou. Ela também ressaltou a necessidade “de ouvir e levar as demandas do povo para os gestores estaduais”. A vice-presidência da Comissão será ocupada pelo deputado Odacy Amorim (PT).

Os integrantes da Comissão de Assuntos Internacionais escolheram o deputado Bispo Ossesio Silva (PRB) para liderar o colegiado, e Beto Accioly (PSL) para a vice-presidência. No primeiro pronunciamento à frente do grupo parlamentar, o republicano afirmou que dará continuidade ao trabalho desenvolvido no biênio anterior. “A Comissão é importante para as relações de Pernambuco com países estrangeiros. Nosso Estado possui o maior número de consulados do Nordeste”, enfatizou Bispo Ossesio. “É um desafio presidir um colegiado como esse, mas, com o apoio de nossos pares, faremos um bom trabalho”, concluiu.

Comissão de Ética - À tarde, os deputados também escolheram os 14 integrantes da Comissão de Ética Parlamentar, instância que zela pelo funcionamento e pela imagem da Casa, e que opina em processos disciplinares contra membros do Poder Legislativo. Eleitos com 31 votos, cada, Ossesio Silva (PRB), Claudiano Martins Filho (PP), Isaltino Nascimento (PSB), Joaquim Lira (PDT), Laura Gomes (PSB), Odacy Amorim (PT) e Tony Gel (PMDB) integrarão o colegiado como titulares. O presidente do órgão será eleito na reunião de instalação do grupo parlamentar. O Plenário elegeu, ainda, por unanimidade, o deputado Adalto Santos (PSB) para o cargo de ouvidor-geral. A função tem como prerrogativa garantir o acesso dos cidadãos à informação, receber demandas e gerir os mecanismos de transparência do Legislativo. Candidato único, Santos também recebeu 31 votos.

Atos

ATO Nº. 68/17

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 30/2017, **do Deputado André Ferreira**,
RESOLVE: exonerar, a partir do dia 09 de fevereiro de 2017, o servidor **ALLAN CLEYSSON DE OLIVEIRA RAMOS**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **ANNA CHRISTINA MARINHO LINS SILVA,** nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 8 de fevereiro de 2017.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 69/17

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 007/2017, **da Deputada Simone Santana,**
RESOLVE: nomear **MYLLENA BARBOSA GUERRA DE LIMA**, para o cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete, Símbolo PL-AGC, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 94,30% (noventa e quatro vírgula trinta por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 8 de fevereiro de 2017.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº. 70/17

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº. 037/2017, **do Deputado Lucas Ramos,**
RESOLVE: nomear os servidores para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161./13.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
AUGUSTO CESAR RODRIGUES DURANDO	Secretário Parlamentar/PL-SPC	101,3%
JAILSON ALEXANDRE GOMES DA SILVA	Assessor Especial/PL-ASC	5,62%

Sala Torres Galvão, 8 de fevereiro de 2017.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

Ordem do Dia

Sexta Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada em 09 de fevereiro de 2017, às 10:00 **horas.**

Ordem do Dia

Discussão Única do Projeto de Resolução n° 1169/2016
Autora: Mesa Diretora

Concede licença em caráter Cultural ao Deputado José Humberto Cavalcanti, no período de 06 a 15 de fevereiro de 2017, quando estará em viagem aos Estados Unidos da América, sem ônus para este Poder.

(Parecer da Mesa Diretora nº 3523)

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Pastor Cleiton Collins; **2º Vice-Presidente**, Deputado Romário Dias; **1º Secretário**, Deputado Diogo Moraes; **2º Secretário**, Deputado Vinícius Labanca; **3º Secretário**, Deputado Júlio Cavalcanti; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros ; **1° Suplente**, Deputado Augusto César; **2° Suplente**, Deputada Socorro Pimentel; **3° Suplente**, Deputado Henrique Queiroz; **4° Suplente**, Deputado André Ferreira. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Cristiane Alves de Lima; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Sheila Carina de Aquino Cunha; **Superintendente Administrativo** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Maria Margarida Freire Novaes; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Tenente Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - Sebastião Rufino; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Dourado; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Helena Castro de Alencar; **Editora** - Verônica Barros; **Subeditores** - Cláudia Lucena e Isabelle Costa Lima; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro e Luciano Galvão Filho; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Giovanni Costa, João Bita, Rinaldo Marques e Henrique Genecy (estagiário); **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** *scom@alepe.pe.gov.br.*

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br*

Discussão Única da Indicação n° 5740/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário das Cidades, ao Secretário de Saúde, ao Secretário da Casa Civil, à Secretária Executiva de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, ao Secretário Executivo Especial de Mobilidade, à Secretária Executiva de Coordenação Geral, à Secretária Executiva de Atenção à Saúde e à Diretora Geral do Hospital Geral de Areias objetivando a implantação e construção de uma academia, através do ***Programa Academia das Cidades***, no Hospital de Areias, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5741/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário das Cidades e ao Diretor Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte visando o aumento e substituição da frota de ônibus da linha - 992 – Recife/Pau Amarelo, no município de Paulista, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5742/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife, ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, ao Diretor Presidente da EMLURB, ao Diretor de Manutenção Urbano da EMLURB objetivando a construção de lombadas asfálticas, qubra molas, em frente a Maternidade e ao Posto do Saúde CISAM/UPE, Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros, localizado na Rua Mamanguape, bairro da Encruzilhada, neste município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5743/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Administração, ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, ao Secretário da Fazenda, ao Secretário de Planejamento e Gestão e ao Secretário da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação visando desapropriar o imóvel da antiga Fábrica de Peixe, no município de Pesqueira, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5744/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes, ao Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens – DER/PE, ao Diretor de Operações e Construções do DER/PE e ao Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE e ao Gestor do 3º Distrito Rodoviário do DER – Caruaru/PE visando a construção de um novo terminal rodoviário estadual de Pesqueira, nas proximidades da BR-232, no município de Pesqueira, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5745/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes, ao Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens – DER/PE, ao Diretor de Operações e Construções do DER/PE, ao Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE e ao Gestor do 7º DOD –DER - Garanhuns visando a conclusão do asfaltamento da estrada, com aproximadamente 12 KM, que vai interligar a PE-218 ao Distrito de Rainha Isabel, no município de Bom Conselho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5746/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes, ao Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens – DER/PE, ao Diretor de Operações e Construções do DER/PE e ao Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE objetivando a pavimentação da estrada que liga a sede do município de Alagoinha ao Distrito de Perpétuo Socorro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5747/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes, ao Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens – DER/PE, ao Diretor de Operações e Construções do DER/PE, ao Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE e ao Gestor do 7º DOD –DER - Garanhuns visando proceder com a pavimentação da estrada que liga o povoado de Lage Grande, no município de Alagoinha, à Rodovia PE-127.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5748/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes, ao Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens – DER/PE, ao Diretor de Operações e Construções do DER/PE e ao Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE visando proceder com a pavimentação da estrada que liga a sede do município de Sanharó ao Distrito de Mulungu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5749/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes, ao Diretor Presidente do DER/PE, ao Diretor de Operações e Construções do DER/PE, ao Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE e ao Gestor do 7º DOD – DER - Garanhuns no sentido de construir lombadas asfálticas, quebra molas, na PE-197, que liga o município de Pesqueira ao município de Poção, no trecho Caldeirão III, Distrito de Mutuca, Município de Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5750/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes, ao Diretor Presidente do DER/PE, ao Diretor de Operações e Construções do DER/PE, ao Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE e ao Gestor do 3º Distrito Rodoviário do DER (DOD – Caruaru) visando procederem com o recapeamento asfáltico da Rodovia PE-197, no trecho compreendido entre os municípios de Pesqueira a Poção.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5751/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, ao Diretor Presidente da COMPESA e ao Diretor Técnico de Engenharia da COMPESA visando a construção da Barragem nas mediações da Comunidade de Comurongo, entre os municípios de Pesqueira e Sanharó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5752/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, ao Presidente do IPA, ao Diretor de Infraestrutura Hídrica do IPA e à Gerente Regional do IPA - Arcoverde objetivando a perfuração de vinte poços artesianos no município de Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5753/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, ao Presidente do IPA, ao Diretor de Infraestrutura Hídrica do IPA e à Gerente Regional do IPA – Arcoverde visando a perfuração de dez poços artesianos no município de Alagoinha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5754/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, ao Presidente do IPA, ao Diretor de Infraestrutura Hídrica do IPA e à Gerente Regional do IPA visando a perfuração de seis poços artesianos no município de Bom Conselho**.**

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5755/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, ao Presidente do IPA, ao Diretor de Infraestrutura Hídrica do IPA e à Gerente Regional do IPA – Arcoverde visando a perfuração de quatro poços artesianos no município de Pedra.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5756/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes, ao Diretor Presidente do DER/PE, ao Diretor de Operações e Construções do DER/PE e ao Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE objetivando a elaboração de projeto para asfaltamento da estrada que liga a sede de Pesqueira ao município de Capoeiras, passando pelos Distritos de Papagaio e Salobro, no município de Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5757/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes, ao Diretor Presidente do DER/PE, ao Diretor de Operações e Construções do DER/PE, ao Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE e ao Gestor do 7º DOD –DER - Garanhuns visando procederem com a ***Operação Tapa Buracos*** na Rodovia PE-219, no trecho compreendido entre o município de Pesqueira, até a divisa com o estado da Paraíba, passando pela Vila de Cimbres, no município de Pesqueira, e pelo Distrito de Ipojuca dos Britos, no município de Arcoverde.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5758/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Justiça e Direitos Humanos no sentido de incluírem o município de Afogados da Ingazeira nas metas da Atividade: ***Implementação da Política Estadual de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas***.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5759/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Saúde no sentido de reforçarem as ações do Projeto: ***Estruturação da Assistência Domiciliar do SUS***, no município de Afrânio.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5760/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude no sentido de incluírem e/ou reforçarem nas metas da Atividade: ***Execução de Ações do Programa Mãe Coruja***, o município de Agrestina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5761/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de incluírem nas metas do projeto: ***Ampliação do acesso a Água para famílias do meio rural***, o município de Água Preta.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5762/2017
Autor: Dep. Julio Cavalcanti

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar no sentido de tomarem providencias, visando o aumento de efetivo de policiais militares para minimizar a demanda de assaltos que vêm ocorrendo na Vila de Fazenda Nova, município de Brejo da Madre de Deus.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5763/2017
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Jataúba, ao Comandante Geral da Polícia Militar e ao Secretário de Defesa Social no sentido de viabilizarem reforço policial para o município de Jataúba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5764/2017
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Barreiros, ao Comandante Geral da Polícia Militar e ao Secretário de Defesa Social no sentido de viabilizarem reforço policial para o município de Barreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5765/2017
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Ribeirão, ao Comandante Geral da Polícia Militar e ao Secretário de Defesa Social no sentido de viabilizarem reforço policial para o município de Ribeirão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5766/2017
Autora: Dep. Priscila Krause

Apelo ao Governador do Estado no sentido de determinar a criação de um “Gabinete de Crise”, composto por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Sociedade Civil em um esforço colaborativo emergencial com o objetivo de buscar soluções para frear a escalada de violência pela qual passa o Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5767/2017
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Goiana, ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de viabilizarem reforço policial para o município de Goiana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5768/2017
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Limoeiro, ao Secretário Estadual de Saúde e ao Secretário Municipal de Saúde no sentido de implementarem ***Campanhas de Conscientização e Incentivo à Doação de Sangue***, no município de Limoeiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5769/2017
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Palmares e ao Secretário Estadual de Saúde no sentido de implementarem ***Campanhas de Conscientização e Incentivo à Doação de Sangue***, no município de Palmares.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5770/2017
Autor: Dep. Adalto Santos

Apelo ao Governador do Estado, ao Prefeito de Sertânia, ao Secretário Estadual de Saúde e à Secretária Municipal de Saúde no sentido de promoverem ações de apoio e assistência às famílias com crianças portadoras de microcefalia, no município de Sertânia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5771/2017
Autor: Dep. Waldemar Borges

Apelo ao Prefeito do Recife no sentido de instalar uma coberta na área social da Praça Fabio Correia, bem como a recuperação da calçada no entorno da Escola Estadual Dona Maria Tereza Correia, ambas no bairro do Alto José do Pinho, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5772/2017
Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo ao Governador do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de garantirem o abastecimento de água na Avenida Guararapes, que encontra-se com o fornecimento cancelado pela COMPESA.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5773/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife no sentido de promover o asfaltamento da Rua Rondonópolis, localizada no bairro do Barro, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5774/2017
Autor: Dep.Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado, à Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Gerente Regional da ANATEL em Pernambuco, ao Gerente de Relações Institucionais da OI no sentido de viabilizarem a instalação de uma torre de telefonia celular da operadora OI, no Distrito de Cuiambuca, município de Gameleira, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5775/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Apelo ao Governador do Estado, à Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação, ao Gerente Regional da ANATEL em Pernambuco e ao Gerente de Relações Institucionais da OI no sentido de viabilizarem a instalação de uma torre de telefonia celular da operadora OI, no Distrito de José da Costa, município de Gameleira, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5776/2017
Autor: Dep. Eriberto Medeiros

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, ao Secretário Executivo de Agricultura Familiar e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o Município de Água Preta.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5777/2017
Autor: Dep. Eriberto Medeiros

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, ao Secretário Executivo de Agricultura Familiar e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Gameleira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5778/2017
Autor: Dep. Eriberto Medeiros

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, ao Secretário Executivo de Agricultura Familiar e ao Diretor do IPA no sentido de providenciarem a distribuição de sementes para o município de Caetés.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5779/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de incluírem nas metas da Atividade: ***Inspeção, Fiscalização e Defesa Vegetal***, o município de Águas Belas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5780/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Saúde no sentido de incluírem o município de Alagoinha, nas metas da Atividade: ***Fortalecimento das Ações de Prevenção e Tratamento da Aids, Hepatites Virais e Sífilis Congênita***.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5781/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretário de Educação no sentido de incluírem nas metas da Atividade: ***Ampliação do Programa Escola Aberta***, o município de Aliança.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5782/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado, ao Secretário de Saúde no sentido de reforçarem as ações do Projeto: ***Estruturação da Assistência Domiciliar do SUS***, no município de Altinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5783/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Apelo ao Governador do Estado, ao Vice-Governador do Estado e ao Secretario de Agricultura no sentido de incluírem nas metas do Projeto: ***Ação de Saneamento Rural***, para o município de Amaraji.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5784/2017
Autor: Dep. João Eudes

Apelo ao Prefeito do Município de Paulista, ao Secretário de Infraestrutura e ao Secretário de Serviços Públicos daquele município no sentido que seja realizado o serviço de desobstrução e limpeza de canaletas da Rua Luxemburgo, em frente ao Forte de Pau Amarelo, no bairro de Pau Amarelo, município do Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5785/2017
Autor: Dep. Henrique Queiroz

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes do Estado e ao Diretor-Presidente do DER no sentido de viabilizarem a recuperação da PE-083, no trecho compreendido do entroncamento da PE-095 até a sede do município de Cumaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5786/2017
Autor: Dep. Henrique Queiroz

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Administração do Estado no sentido que seja implantado um ***Posto Avançado do Expresso Cidadão*** no município da Vitoria de Santo Antão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Discussão Única da Indicação n° 5787/2017
Autor: Dep. Antônio Moraes

Apelo ao Superintendente da Caixa Econômica Federal em Pernambuco no sentido de que a Agência da Casa Lotérica, situada no Distrito de Ponta de Pedras, Goiana, volte suas atividades.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2671/2017
Autora: Dep. Terezinha Nunes

Solicita que seja realizado um Grande Expediente em caráter Especial no dia 9 de março do corrente ano em homenagem a Campanha da Fraternidade 2017.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2672/2017
Autor: Dep. Terezinha Nunes

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 8 de março do corrente ano em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2674/2017
Autor: Dep. José Humberto Cavalcanti

Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Lopes de Melo Irmão, fato este ocorrido no dia 8 de janeiro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2675/2017
Autora: Dep. Simone Santana

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 6 de junho do corrente ano em homenagem aos 20 anos de fundação do Grupo de Ajuda à Criança Carente com Câncer - GAC/PE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

Convoco, nos termos do art. 117, § 2º, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: ADALTO SANTOS (PSB), ERIBERTO MEDEIROS (PTC), HENRIQUE QUEIROZ (PR), ODACY AMORIM (PT), PRISCILA KRAUSE (DEM), RICARDO COSTA (PMDB), ROMÁRIO DIAS (PSD) e SÍLVIO COSTA FILHO (PRB), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes: AUGUSTO CÉSAR (PTB), EDUÍNO BRITO (PP), JOAQUIM LIRA (PSD), JOEL DA HARPA (PTN), JÚLIO CAVALCANTI (PTB), ISALTINO NASCIMENTO (PSB), PEDRO SERAFIM NETO (PDT), VINÌCIUS LABANCA (PSB) e WALDEMAR BORGES (PSB), para comparecerem a reunião de eleição do Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado Técnico, para o Segundo Biênio da Décima Oitava Legislatura, a ser realizada às 09h (nove horas) do dia 09 (nove) de fevereiro de 2017 (quinta-feira), no Plenário do Palácio Joaquim Nabuco, localizado à Rua da Aurora, 631, Boa Vista, Recife-PE.

RECIFE, 8 DE fevereiro DE 2017.

DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco nos termos do artigo 118, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados titulares: AUGUSTO CÉSAR (PTB), DR. VALDI (PP), JOAQUIM LIRA (PSD), JÚLIO CAVALCANTI (PTB), ROGÉRIO LEÃO (PR) e TONY GEL (PMDB), e os Deputados suplentes: EDILSON SILVA (PSOL), ISALTINO NASCIMENTO (PSB), MARCANTÔNIO DOURADO (PSB), PAULINHO TOMÉ (PT), RODRIGO NOVAES (PSD), SILVIO COSTA FILHO (PRB) e WALDEMAR BORGES (PSB), para se fazerem presentes à Reunião Extraordinária a ser realizada às 11:h00 (onze horas) do dia 13 (Treze) de fevereiro de 2017, no Plenarinho II, do anexo VI, localizado na Rua da União, nº 356 – Recife/PE.

DISTRIBUIÇÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA
01) Projeto de Lei Ordinária Nº 1156/2017, de autoria do Deputado Odacy Amorim (EMENTA: Dispõe sobre o direito de a pessoa com diabetes mellitus, que faça uso regular de insulina, portar alimentos e materiais necessários para o controle da glicemia, inclusive na realização de provas de concursos públicos, vestibulares, exames de órgãos de classe e congêneres, no âmbito de Pernambuco);
02) Projeto de Lei Ordinária Nº 1161/2017, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (EMENTA: Torna obrigatória a contratação de vigilância armada 24 horas nas Agências Bancárias Públicas e Privadas e nas Cooperativas de Crédito do Estado de Pernambuco);
03) Projeto de Lei Ordinária Nº 1162/2017, de autoria do Deputado Odacy Amorim (EMENTA: Dispõe sobre informações de combate à Síndrome Alcoólica Fetal (SAF) em lanchonetes, bares e restaurantes localizados em Pernambuco);
04) Projeto de Lei Ordinária Nº 1164/2017, de autoria do Deputado Joel da Harpa (EMENTA: Dispõe sobre instalação de mecanismo de alerta no painel luminoso em caso de assalto no interior de ônibus de transporte coletivo de passageiros intermunicipal);
05) Projeto de Lei Ordinária Nº 1165/2017, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo de Pernambuco divulgar no seu site institucional a localização de todos os radares eletrônicos de fiscalização, e os respectivos limites de velocidade);
06) Projeto de Lei Ordinária Nº 1167/2017, de autoria do Deputado Odacy Amorim (EMENTA: Institui a Política Estadual de Abate Humanitário de Animais em Pernambuco e dá outras providências);
07) Projeto de Lei Ordinária Nº 1168/2017, de autoria do Deputado Odacy Amorim (EMENTA: Dispõe sobre a divulgação dos direitos das pessoas com neoplasia maligna, câncer, pelos órgãos públicos do Estado e dá outras providências);

DISCUSSÃO

I) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
01)Projeto de Lei Complementar Nº 1166/2016, de autoria de Poder Executivo (EMENTA: Estabelece alterações na estrutura remuneratória e na carreira dos Militares do Estado de Pernambuco);
Regime de urgência
RELATOR: DEPUTADO TONY GEL

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

III) EMENDAS, SBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS
01) Projeto de Lei Ordinária Nº 1107/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa (EMENTA : Altera a Lei nº 11.781, de 6 de junho de 2000).
Abrangência a Emenda Modificativa Nº 01/2016, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
RELATOR: DEPUTADO LUCAS RAMOS
02) Substitutivo 01/2016 da Autoria da Comissão de Constituição Legislação e Justiça (EMENTA: Determina especificações a serem observadas pelos estabelecimentos que dispuserem de fraldário, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências) ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1111/2016, de autoria do Deputado Ricardo Costa
RELATOR: DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO

RECIFE, 8 DE fevereiro DE 2017.

DEPUTADO LUCAS RAMOS
PRESIDENTE

FRENTE PARLAMENTAR DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco de acordo com o art. 278-A e seguintes, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: Rodrigo Novaes, Aluísio Lessa, Edilson Silva, Teresa Leitão, Ricardo Costa, Lucas Ramos, Ossésio Silva, Socorro Pimentel e Tony Gel , membros efetivos deste Colegiado, para se fazerem presentes à Reunião da "Frente Parlamentar da Previdência Social", a ser realizada no dia 13 de fevereiro de 2017 às 16h30min, no Plenarinho II, Anexo VI do Palácio Joaquim Nabuco.

ASSUNTO: "DISCUSSÃO DO TRABALHO DA FRENTE PARLAMENTAR DE PREVIDENCIA SOCIAL".

RECIFE, 8 DE fevereiro DE 2017.

Deputado Sílvio Costa Filho
Coordenador Geral da Frente Parlamentar da Previdência Social

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 117, § 2º, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os (as) deputados (as) EDUÍNO BRITO, JADEVAL DE LIMA, JÚLIO CAVALCANTI E TEREZINHA NUNES, membros titulares, e na ausência destes, os suplentes ANTONIO MORAES, AUGOSTO CÉSAR, ERIBERTO MEDEIROS, TERESA LEITÃO E VINÍCIUS LABANCA, para participarem da reunião de eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática para a terceira e quarta sessões legislativas da Décima Oitava Legislatura, a ser realizada no dia 09 de fevereiro de 2017, às 11h (onze horas), no Plenário, localizado na Rua da Aurora, 631, Boa Vista, Recife/PE.

RECIFE, 8 DE fevereiro DE 2017.

DEPUTADA PRISCILA KRAUSE

Discussão Única do Requerimento n° 2676/2017
Autora: Dep. Simone Santana

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 15 de fevereiro do corrente ano em homenagem aos 70 anos de fundação do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros - CISAM/UPE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2677/2017
Autora: Dep. Simone Santana

Voto de Aplausos à senhora Solange Ribeiro, Presidente do Grupo NeoEnergia, elencada pela Revista Forbes como uma das 56 mulheres mais influentes do mundo.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2678/2017
Autora: Dep. Simone Santana

Voto de Aplausos à Senhora a pesquisadora Celina Turchi, por receber da revista ***Nature***, o reconhecimento de ser uma das 10 personalidades do ano na Ciência.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2679/2017
Autor: Dep. José Humberto Cavalcanti

Voto de Pesar em razão do falecimento do Monsenhor Geraldo Batista de Lima, ocorrido no dia 12 de janeiro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2680/2017
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao Jornalista Francisco José pelo lançamento da sua autobiografia com o livro: ***40 Anos no Ar***.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2681/2017
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene, no dia 15 de março do corrente ano com a finalidade de homenagear o Jornalista Francisco José pelos 40 anos de Jornalismo e pelo lançamento de sua autobiografia com o livro 40 Anos no AR.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2682/2017
Autor: Dep. Rodrigo Novaes

Voto de Aplausos ao SPORT CLUB DO RECIFE pela doação realizada à Associação Chapecoense de Futebol em razão do trágico acidente aéreo ocorrido no final do ano de 2016.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2683/2017
Autor: Dep. Sílvio Costa Filho

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 10 de abril do corrente ano, para homenagear o jornalista Magno Martins, pela passagem dos 11 anos do Blog do Magno.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2684/2017
Autor: Dep. Tony Gel

Voto de Congratulações com o Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado de Pernambuco – SINDUSCON/PE, pela eleição da sua nova diretoria para o triênio 2017/2019.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2685/2017
Autor: Dep. Antônio Moraes

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene, no dia 18 de abril de 2017, com o objetivo de comemorar os 70 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e do Serviço Social do Comercio - SESC.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2686/2017
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos à Associação Municipalista de Pernambuco-AMUPE, na pessoa do Sr. Luciano Torres Martins, pelos seus 50 anos de fundação no dia 28 de março do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2687/2017
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 11 de abril do corrente ano com a finalidade de homenagear a Associação Municipalista de Pernambuco-AMUPE, pelos 50 anos de fundação no dia 28 de março do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2689/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Congratulações com os Datiloscopistas, cuja data comemorativa esta incluída no seu Calendário Oficial de Eventos, transcorrido no dia 5 de fevereiro de 2017.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2690/2017
Autora: Dep. Teresa Leitão

Voto de Aplausos à Troça Carnavalesca Mista Pitombeira dos Quatros Cantos, na pessoa de Júlio Silva Filho, presidente da Agremiação, que neste ano de 2017 comemora 70 anos de fundação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2691/2017
Autora: Dep. Teresa Leitão

Solicita que seja realizado um Grande Expediente em caráter Especial, no dia 16 de março do corrente ano, para homenagear o município de Olinda pelos 35 anos de conquista do Título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, concedido pela Unesco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2692/2017
Autora: Dep. Teresa Leitão

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa, o editorial do jornal Folha de Pernambuco, intitulado: ***A violência em Olinda***, publicado no dia 31 de janeiro de 2017, no Caderno Opinião.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2693/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Congratulações pelo do Dia do Gráfico, comemorado no dia 7 de fevereiro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2694/2017
Autor: Dep. Joaquim Lira

Voto de Aplausos a Paróquia de Santo Antão, pela passagem da ***392ª Festa do Padroeiro Santo Antão***, realizada no período de 8 a 17 de janeiro do corrente ano, em Vitória de Santo Antão, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2695/2017
Autor: Dep. Joaquim Lira

Voto de Aplausos ao jovem advogado Gabriel Carneiro de Lima, pela posse na Advocacia Geral da União, após concurso público.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2696/2017
Autor: Dep. Joaquim Lira

Voto de Aplausos ao ***Grupo Asas da América*** na passagem dos 30 anos de fundação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2697/2017
Autor: Dep. Joaquim Lira

Solicita que seja transcrito na Ata dos trabalhos de hoje o artigo da jornalista Érica Fraga, da Folha de São Paulo, sobre o livro *Roots of Brazilian Relative Economic Backwardness*, do economista Alexandre Rands Barros, presidente do Diário de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2698/2017
Autora: Dep. Teresa Leitão

Voto de Pesar pelo falecimento do educador popular da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, em Pernambuco - FASE, Adelmo Araújo, ocorrido no dia 02 de fevereiro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2699/2017
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao Santa Cruz Futebol Clube pelo aniversário de 103 anos de fundação transcorrido no dia 3 de fevereiro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2700/2017
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao Dia do Frevo pelos seus 110 anos de existência, no dia 9 de fevereiro de 2017.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2701/2017
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao ***Paço do Frevo*** pela passagem do 3º aniversário, que transcorrerá no dia 9 de fevereiro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2703/2017
Autor: Dep. Bispo Ossésio Silva

Voto de Protesto ao episódio no Empório Gourmet Casa dos Frios em que o motorista Mário José Ferreira, foi confundido com um assaltante no dia 20 de janeiro do corrente ano, enquanto fazia compras, o caso foi primeiramente denunciado pelo patrão de Mário, o advogado Gilberto Lima, e tomou grande repercussão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2704/2017
Autor: Dep. Edílson Silva

Solicita que seja realizada uma Reunião e caráter Solene no dia 14 de fevereiro de 2017 em homenagem ao Dia Estadual do Brega, instituído pela Lei 15.424, de 18 de dezembro de 2014.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2705/2017
Autor: Dep. Joel da Harpa

Voto de Aplausos à Igreja Evangélica Congregacional em Cavaleiro, localizada na Avenida Agamenon Magalhães, no bairro de Cavaleiro, município de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2706/2017
Autora: Dep. Teresa Leitão

Voto de Pesar pelo falecimento da Sra. Marisa Letícia Lula da Silva, ocorrido no dia 3 de fevereiro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2707/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Congratulações com o Colégio Imaculado Coração de Maria, localizado na Cidade de Olinda, pela comemoração dos 62 anos de existência e desempenho educacional, transcorrido no dia 2 de fevereiro de 2017.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2708/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa o artigo: ***Trilhos do Desenvolvimento***, de autoria do Presidente da República, Michel Temer, publicado no Diário de Pernambuco, Caderno Opinião, em 7 de fevereiro de 2017.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2709/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Aplausos a Faculdade de Ciências Humanas de Olinda – FACHO, pelo excelente trabalho que vem realizando na área de ensino superior de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2710/2017
Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Aplausos a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, na pessoa do Defensor Geral, Manoel Jerônimo de Melo Neto, pelo magnífico trabalho que vem sendo realizado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2711/2017
Autor: Dep. Joaquim Lira

Voto de Aplausos ao Prefeito de Flores Marcone Santana, pela eleição à presidência do Consórcio de Integração dos Municípios do Pajeú - Cimpajeú, biênio 2017/2018.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Discussão Única do Requerimento n° 2712/2017
Autor: Dep. Tony Gel

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 3 de maio do corrente ano, com a finalidade de comemorar os 45 anos da Rede Globo Nordeste.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/02/2017

Ata

ATA DA QUARTA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE FEVEREIRO DE 2017

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS

AOS SETE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE, ÀS CATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETO ACCIOLY, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DIOGO MORAES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, ISALTINO NASCIMENTO, JADEVAL DE LIMA, JOÃO EUDES, JOAQUIM LIRA, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LUCAS RAMOS, MARCANTÔNIO DOURADO, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PAULINHO TOMÉ, PEDRO SERAFIM NETO, PRISCILA KRAUSE, RICARDO COSTA, ROBERTA ARRAES, RODRIGO NOVAES, ROGÉRIO LEÃO, ROMÁRIO DIAS, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA E ZÉ MAURÍCIO, JUSTIFICADAS AS AUSÊNCIAS DOS DEPUTADOS BISPO OSSÉSIO SILVA, CLODOALDO MAGALHÃES, EDUÍNO BRITO, FRANCISMAR PONTES, GUILHERME UCHOA, JOEL DA HARPA, SÍLVIO COSTA FILHO E WALDEMAR BORGES, LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA E NILTON MOTA, AUSENTE O DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, O DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS ABRE A REUNIÃO. OCUPAM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS DIOGO MORAES E VINÍCIUS LABANCA, RESPECTIVAMENTE. O SEGUNDO-SECRETÁRIO LÊ A ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA REALIZADA ONTEM, SUBMETIDA À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, APROVADA, ASSINADA E ENVIADA À PUBLICAÇÃO. O PRIMEIRO-SECRETÁRIO LÊ O EXPEDIENTE, ASSINADO E ENVIADO À PUBLICAÇÃO. O PRESIDENTE SOLICITA AOS PARLAMENTARES USO REGIMENTAL DO TEMPO DE ORATÓRIA E ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE. O DEPUTADO GUSTAVO NEGROMONTE RELATA O AFUNDAMENTO DE EMBARCAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DE RECIFES ARTIFICIAIS PARA O TURISMO DE MERGULHO PELO PROGRAMA “MERGULHA PERNAMBUCO” DA SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO. A DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL COBRA DO GOVERNO DO ESTADO EXECUÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES INCLUÍDAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. O DEPUTADO EDILSON SILVA DEFENDE MAIOR PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES MILITARES NAS DECISÕES QUE AFETEM A CATEGORIA E PEDE EQUILÍBRIO NAS DISCUSSÕES SOBRE A PROPOSTA DO GOVERNO DO ESTADO DE REAJUSTE SALARIAL DA CATEGORIA. O DEPUTADO ANTÔNIO MORAES APONTA AS DIFERENÇAS ENTRE A PROPOSTA DO GOVERNO DO ESTADO PARA AS CORPORAÇÕES MILITARES E A NEGOCIAÇÃO SALARIAL COM A POLÍCIA CIVIL FEITA NO ANO PRÓXIMO PASSADO. O PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE. O DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO DISCORRA SOBRE OS ESFORÇOS DO EXECUTIVO PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA CATEGORIA MILITAR EM UM CONTEXTO DE CRISE ECONÔMICA E É APARTEADO PELA DEPUTADA LAURA GOMES. O DEPUTADO ALUÍSIO LESSA, SEGUNDO ORADOR, APONTA AVANÇOS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL PARA AS CORPORAÇÕES MILITARES EM CONTRAPONTO À SITUAÇÃO DE OUTROS ESTADOS E É APARTEADO PELOS DEPUTADOS RICARDO COSTA, LUCAS RAMOS E ISALTINO NASCIMENTO. A DEPUTADA PRISCILA KRAUSE, TERCEIRA ORADORA, PROPÕE REUNIÃO ENTRE AS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO PARA DEBATE AMPLO DA PROPOSTA DE REAJUSTE DAS CATEGORIAS MILITARES E É APARTEADA PELOS DEPUTADOS ÁLVARO PORTO, EDILSON SILVA E ROMÁRIO DIAS. A DEPUTADA TEREZINHA NUNES, QUARTA ORADORA, DISCORRE SOBRE OS PROPÓSITOS DE SEU MANDATO E A CRISE ECONÔMICA NACIONAL E É APARTEADA PELOS DEPUTADOS TONY GEL E ISALTINO NASCIMENTO. O PRESIDENTE INFORMA O ADIAMENTO PARA AMANHÃ DA ORDEM DO DIA PARA A ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE ÉTICA PARLAMENTAR E DO OUVIDOR-GERAL POR ACORDO DE LIDERANÇAS, COM ANUÊNCIA DA MESA DIRETORA, LÊ O EDITAL DA MESMA, DESPACHA A COMISSÕES OS PROJETOS 1166 A 1168, ENCAMINHA-OS À PUBLICAÇÃO, BEM COMO AS INDICAÇÕES 5784 A 5787 E OS REQUERIMENTOS 2704 A 2716, ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, ORDINÁRIA, PARA AMANHÃ NO HORÁRIO REGIMENTAL.

Expediente

QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE FEVEREIRO DE 2017.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 3523 - DA MESA DIRETORA submetendo ao Plenário o Projeto de Resolução nº 1169 que Concede licença em caráter Cultural ao Deputado José Humberto Cavalcanti.
À Imprimir.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO CMP Nº 001/2017 - DO DEPUTADO LUCAS RAMOS informando que foi eleito Presidente da Comissão de Administração Pública e tendo como Vice-Presidente o Deputado Joaquim Lira.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO CCLJ Nº 001/2017 - DO DEPUTADO WALDEMAR BORGES informando que foi eleito Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e tendo como Vice-Presidente o Deputado Tony Gel.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 001/2017 - DO DEPUTADO BETO ACCIOLY informando que foi eleito Presidente da Comissão de Esporte e Lazer e tendo como Vice-Presidente o Deputado Zé Maurício.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 001/2017 - DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO informando que foi eleito Presidente da Comissão de Agricultura,Pecuária e Política Rural e tendo como Vice-Presidente a Deputada Roberta Arraes .
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 001/2017 - DO DEPUTADO FRANCISMAR PONTES informando que foi eleito Presidente da Comissão de Redação Final e tendo como Vice-Presidente o Deputado Augusto César.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 002/2017 - DA DEPUTADA TERESA LEITÃO informando que foi reeleita Presidente da Comissão de Educação e Cultura e tendo como Vice-Presidente a Deputada Simone Santana.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 002/2017 - DA DEPUTADA SIMONE SANTANA informando que foi eleito Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e tendo como Vice-Presidente a Deputada Terezinha Nunes.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 002/2017 - DO DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO informando que foi eleito Presidente da Comissão de Meio Ambiente e tendo como Vice-Presidente o Deputado José Humberto Cavalcanti.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 002/2017 - DA DEPUTADA ROBERTA ARRAES informando que foi eleito Presidente da Comissão de Saúde e Assistência Social e tendo como Vice-Presidente o Deputado Odacy Amorim.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO CMG Nº 008/2017 - DA PRESIDENTE CÂMARA MUNICIPAL DE GARANHUNS encaminhando copia do Requerimento nº 003/1°, de autoria do Vereador: Audálio Ramos Machado Filho, subscrito pelos vereadores: Afra Betânia de Oliveira Monteiro, Daniel da Silva, Gerson José de Carvalho Souza Filho, Givanildo da Silva de Lima, José Ary Souto Leal Júnior, Luzia Cordeiro da Silva de Souza e Zaqueu Naum Lins, consignando Voto de Aplausos ao promotor Francisco Dirceu Barros pela nomeação para Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Pernambuco no biênio 2017/2018.
Inteirada.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 003/2017 - DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BREJO DA MADRE DE DEUS DO ESTADO DE PERNAMBUCO comunicando a composição da Nova Mesa Diretora para o Biênio 2017/2018.
Inteirada.

X X X X X X X X X X

Ofícios

Ofício CNM nº 002/2017

Recife, 08 de fevereiro de 2017.

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, informo que na reunião de instalação dos trabalhos da Comissão de Educação e Cultura, realizada hoje, às 12 horas, no Plenarinho II, anexo VI desta Casa Legislativa, foi reeleita a Deputada Teresa Leitão (PT) para presidência e a Deputada Simone Santana (PSB) para a vice-presidência, durante o biênio 2017/2017 deste colegiado técnico.
Aproveita para renovar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputada Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Ao Exmo. Sr.
DEPUTADO GUILHERME UCHÔA
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Ofício CNM nº 002/2017

Recife, 08 de fevereiro de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para informar que foi realizada, neste dia, a reunião de instalação desta Comissão, conforme dispõe o §2º do art. 117 do Regimento Interno desta Casa. Foi decidido, por unanimidade pelos membros deste colegiado, que conduzirei os trabalhos na qualidade de Presidente, tendo como vice-presidente o Deputado José Humberto Cavalcanti, para o segundo biênio fevereiro/2017 a janeiro/2019 da 18ª Legislatura.

Atenciosamente,

Deputado Zé Mauricio
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Ao Exmo. Sr.
DEPUTADO GUILHERME UCHÔA
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Ofício nº 002-CSAS

Recife, 08 de fevereiro de 2017.

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, informo que, em reunião extraordinária ocorrida nesta data, de acordo com o art. 117, §2º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, fui eleita Presidente e o Deputado Odacy Amorim foi eleito Vice-Presidente desta Comissão de Saúde e Assistência Social para o biênio 2017/2018.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresento votos de consideração e respeito.

Atenciosamente,

Deputada Roberta Arraes
Presidente da Comissão de Saúde e Assistência Social

Ao Exmo. Sr.
DEPUTADO GUILHERME UCHÔA
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Ofício Expedido Interno CDDM nº 002/2017

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Recife, 08 de fevereiro de 2017.

Exmo. Sr. Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que foi realizada, neste dia 07 de fevereiro, a reunião de instalação desta Comissão, conforme dispõe o §2º do artigo 117 do Regimento Interno desta Casa. Foi decidido pelos membros deste Colegiado, que conduzirei os trabalhos na qualidade de Presidente, tendo como vice-presidente a Deputada Terezinha Nunes, para o biênio 2017-2018 desta 18ª Legislatura.

Atenciosamente,

Deputado SIMONE SANTANA
Presidente

Exmo. Senhor
GUILHERME UCHOA
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Projetos

Projeto de Lei Ordinária N° 1170/2017

Ementa: Institui o programa e o selo ‘’Pernambuco Ambiental’’ no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1° Ficam instituídos o programa e o selo “Pernambuco Ambiental” no âmbito do Estado de Pernambuco, direcionado às empresas que adotarem políticas internas permanentes destinadas ao descarte adequado do lixo reciclável.

Art. 2° São objetivos do programa:

I - o que for coletado pelas empresas será destinado às Cooperativas para beneficiar os cooperados dos bairros;

II - distinguir e homenagear empresas com preocupação social e solidária com a vida e com o meio ambiente;

III - informar e orientar os trabalhadores sobre a importância do meio ambiente para as próximas gerações;

IV - controlar o impacto ambiental proveniente dos resíduos sólidos e se possibilitar a adequação à legislação que institui a separação de lixo reciclável descartado pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta.

Art. 3° A empresa que aderir ao programa poderá utilizar o selo “Pernambuco Ambiental” em suas peças publicitárias e produtos.

Art. 4º O Poder Executivo definirá os critérios e requisitos para a seleção e organização da entrega do selo “Pernambuco Ambiental”.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

Justificativa

A matéria que estamos submetendo para análise desta Egrégia Casa Legislativa é algo que nos traz muito satisfação, por acreditar que as empresas poderão colaborar com as cooperativas de bairro que realizam coleta adequada de lixo e, sobretudo, ajudam o meio ambiente.

O que pretendemos legislar vai permitir que empresas selecionem o lixo reciclável e colaborem com o controle do impacto ambiental, proveniente dos resíduos sólidos, se adequando à legislação que instituiu a separação e lixo reciclável descartado pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta. A destinação dos resíduos servirá para as associações e cooperativas dos catadores, que irão se fortalecer e contribuir para a inclusão socioeconômica dessas pessoas.

Diante do exposto, o presente projeto de lei tem por objetivo incentivar empresas a adotarem políticas internas permanentes para a separação de lixo reciclável. Visa, também, distinguir empresas que demonstrem preocupação social e solidária, outorgando o selo “Pernambuco Ambiental”, que poderá ser usado em suas propagandas e publicações promocionais. Para participar, as empresas precisam não só informar e orientar os trabalhadores sobre a importância da separação adequado do lixo, como também possibilitar as condições para o descarte.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação da propositura ora apresentada, por se tratar de dever do poder público estimular ato relevante de solidariedade compromisso socioambiental.

Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Pastor Cleiton Collins
Deputado

Às 1ª , 2ª , 3ª e 7ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1171/2017

Ementa: Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1° A presente Lei tem por finalidade a implantação à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Pernambuco e divulgação da Política de Atenção Obstétrica e Neonatal.

Art. 2° Considera-se violência obstétrica todo ato praticado pelo médico, pela equipe do hospital, por um familiar ou acompanhante que ofenda, de forma verbal ou física, as mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período puerpério.

Art. 3 ° Para os efeitos da presente Lei considerar-se-á ofensa verbal ou física, dentre outras, as seguintes condutas:

I - tratar a gestante ou parturiente de forma agressiva, não empática, grosseira, zombeteira, ou de qualquer outra forma que a faça se sentir mal pelo tratamento recebido;

II - fazer graça ou recriminar a parturiente por qualquer comportamento como gritar, chorar, ter medo, vergonha ou dúvidas;

III - fazer graça ou recriminar a mulher por qualquer característica ou ato físico como, por exemplo, obesidade, pelos, estrias, evacuação e outros;

IV - não ouvir as queixas e dúvidas da mulher internada e em trabalho de parto;

V - tratar a mulher de forma inferior, dando-lhe comandos e nomes infantilizados e diminutivos, tratando-a como incapaz;

VI - fazer a gestante ou parturiente acreditar que precisa de uma cesariana quando esta não se faz necessária, utilizando de riscos imaginários ou hipotéticos não comprovados e sem a devida explicação dos riscos que alcançam ela e o bebê;

VII - recusar atendimento de parto, haja vista este ser uma emergência médica;

VIII - promover a transferência da internação da gestante ou parturiente sem a análise e a confirmação prévia de haver vaga e garantia do atendimento, bem como tempo suficiente para que esta chegue ao local;

IX - impedir que a mulher seja acompanhada por alguém de sua preferência durante todo o trabalho de parto;

X - impedir a mulher de se comunicar com o “mundo exterior”, tirando-lhe a liberdade de telefonar, fazer uso de aparelho celular, caminhar até a sala de espera, conversar com familiares e com seus acompanhantes;

XI - submeter à mulher a procedimentos dolorosos, desnecessários ou humilhantes, como lavagem intestinal, raspagem de pelos pubianos, posição ginecológica com portas abertas, exame de toque por mais de um profissional;

XII - deixar de aplicar anestesia na parturiente quando esta assim o requerer;

XIII - proceder a episiotomia quando esta não é realmente imprescindível;

XIV - manter algemadas as detentas em trabalho de parto;

XV - fazer qualquer procedimento sem, previamente, pedir permissão ou explicar, com palavras simples, a necessidade do que está sendo oferecido ou recomendado;

XVI - após o trabalho de parto, demorar injustificadamente para acomodar a mulher no quarto;

XVII - submeter à mulher e/ou bebê a procedimentos feitos exclusivamente para treinar estudantes;

XVIII - submeter o bebê saudável a aspiração de rotina, injeções ou procedimentos na primeira hora de vida, sem que antes tenha sido colocado em contato pele a pele com a mãe e de ter tido a chance de mamar;

XIX - retirar da mulher, depois do parto, o direito de ter o bebê ao seu alojamento conjunto e de amamentar em livre demanda, salvo se um deles, ou ambos necessitarem de cuidados especiais;

XX - não informar a mulher, com mais de 25 anos (vinte e cinco) anos ou com mais de 02 (dois) filhos sobre seu direito à realização de ligadura nas trompas gratuitamente nos hospitais públicos e conveniados ao SUS – Sistema Público de Saúde;

XXI - tratar o pai do bebê como visita e obstar seu livre acesso para acompanhar a parturiente e o bebê a qualquer hora do dia;

Art. 4° O Poder Executivo, por meio de sua Secretaria de Saúde, elaborará a Cartilha dos Direitos da Gestante e da Parturiente, propiciando a todas as mulheres as informações e esclarecimentos necessários para um atendimento hospitalar digno e humanizado, visando à erradicação da violência obstétrica.

§ 1° O custo da Cartilha dos Direitos da Gestante e da Parturiente poderá ser patrocinado por pessoas jurídicas de direito privado, de acordo com critérios a serem estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 2° A cartilha será elaborada com uma linguagem simples e acessível a todos os níveis de escolaridade.

§ 3° A Cartilha referida no caput deste artigo trará a integralidade do texto da Portaria n° 1.067/GM, de 04 de julho de 2005, que institui a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, e dá outras providências.

Art. 5° Os estabelecimentos hospitalares deverão expor cartazes informativos contendo as condutas elencadas nos incisos I a XXI do art. 3° desta Lei.

§ 1° Equiparam-se aos estabelecimentos hospitalares, para os efeitos desta Lei, os postos de saúde, as unidades básicas de saúde e os consultórios médicos especializados no atendimento da saúde da mulher.

§ 2° Os cartazes devem informar, a inda, os órgãos e trâmites para a denúncia nos casos de violência de que trata esta Lei.

§ 3° O custo dos cartazes poderá ser patrocinado por pessoas jurídicas de direito privado, de acordo com critérios a serem estabelecidos pelo Poder Executivo.

Art. 6° A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contida, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa.

Art. 7° As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 8° O Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos da Constituição Estadual, no prazo máximo de 60 (sessenta dias) após sua publicação.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A violência caracteriza-se como um grave fenômeno social que está em franca expansão, em todas as suas formas e, de modo especial, contra a mulher, ao longo da história e nos dias atuais ganhou caráter endêmico, fazendo-se cotidianamente presente em comunidades e países de todo o mundo, sem discriminação social, racial, etária ou religiosa (FONEITE; FEU;MERLO,2012).

A violência contra a mulher é definida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, causando morte, dano ou sofrimento de ordem física, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, 1996, p. 6). Logo, a violência contra a mulher apresenta-se em distintas expressões e uma delas tem sido muito presente e não identificada: a violência obstétrica.

Entende-se por violência obstétrica qualquer ato exercido por profissionais da saúde no que cerne ao corpo e aos processos reprodutivos das mulheres, exprimido através de uma atenção desumanizada, abuso de ações intervencionistas, medicalização e a transformação patológica dos processos de parturição fisiológicos (JUAREZ et al; 2012).

Inegavelmente, o parto é um momento único e inesquecível na vida da mulher, quando o cuidado despendido pelos profissionais deveria ser singular e pautado no protagonismo da mulher, tornando-o mais natural e humano possível. Distintamente de outros acontecimentos que necessitam de cuidados hospitalares, o processo de parturição é fisiológico, normal, necessitando, na maioria das vezes, apenas de apoio, acolhimento, atenção, e o mais importe, humanização.

Segundo Deslandes (2004), humanizar diz respeito à prestação de uma assistência que tenha como prioridade a qualidade do cuidado garantindo o respeito quanto aos direitos do paciente, sua individualidade e cultura, bem como a valorização do profissional que presta a assistência , estabelecendo um ambiente concreto nas instituições de saúde, que regularize o lado humano das pessoas envolvidas no processo de cuidar (PESSINI, 2004).

O conceito de atenção humanizada durante a parturição engloba conhecimentos, práticas e atitudes que têm em vista garantir o parto e nascimento saudáveis, levando em consideração a prevenção da morbimortalidade materna e perinatal (BRASIL, 2001).

Portanto, exprime a necessidade de alterações no entendimento do parto, como experiência humana e, para aquele que presta o atendimento, uma transformação em como agir no momento oportuno diante do sofrimento do outro (DINIZ, 2001).

No bojo dessa discussão, o Ministério da Saúde, cria a Políticas de atenção integral a Saúde da mulher que objetiva garantir os direitos de cidadania, sexuais e reprodutivos deste grupo (SOUZA, GAÍVA, MODES, 2011).Um exemplo disso é o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN), de 2000, que busca avanços na cobertura e na qualidade do pré-natal, da assistência ao parto e puerpério, tanto para as mulheres quanto para seus filhos, segundo os direitos de cidadania (BRASIL, 2001).

A humanização da assistência ao parto vem ao encontro dos desejos das mulheres de que a vivência do parto aconteça conforme suas perspectivas (DIAS; DOMINGUES, 2005).

Portanto, respeitar a autonomia, a individualidade e a privacidade são condições imprescindíveis para que ocorra o parto humanizado (GONÇALVES et al., 2011).

A mulher e seu corpo têm sido vistos como máquina, onde o engenheiro é o profissional médico que detém todo o saber sobre ela, negligenciando informações, emoções, sentimentos, percepções e direitos da mesma no gestar e parir, sendo impedidas de ter a presença de acompanhante, de decidir a posição que querem ter seus bebês e de expressar suas emoções e sentimentos, contrariando a Política Nacional de Humanização e mudando o foco da mulher para o procedimento, deixando-as mais vulneráveis à violência, silenciada pelos profissionais e pela própria parturiente. Porém, a amarga vivência e o trauma acompanham a mulher porta a fora da instituição.

Verifica-se que a violência obstétrica pode-se mostrar de diversas formas no trabalho de parto e parto, desde a não explicação e solicitação de autorização para a realização de procedimentos, até a injúria verbal, exprimida por palavras ofensivas, visando impedir a mulher de demonstrar o que estava sentindo no momento antecedente e durante a parturição, de modo que, ao longo dos anos de discussão sobre a Política Nacional de Humanização ao Pré-Natal, Parto e Puerpério, o processo de institucionalização do parto no Brasil continua interferindo na medicalização do parto e no incremento dos índices de cesariana, reforçando a medicalização do corpo feminino e o seu impedimento de ser sujeito pleno de sua história, perpetuando a violência obstétrica.

Ressalta-se que a violência obstétrica é ainda pouco reconhecida enquanto um ato violento, pois no mesmo momento que ela ocorre, as mulheres estão vivenciando marcantes emoções, que as fazem se calar, sendo necessário abordar os direitos da mulher durante a gestação, parto e pós-parto, especialmente nas consultas de pré-natais, onde tem-se a oportunidade de abordar os variados assuntos e, instrumentaliza-la para à tomada de decisões no que se refere ao seu corpo e a sua parturição , e que ela possa argumentar e denunciar situações de desrespeito.

Sala das Reuniões, em 8 de fevereiro de 2017.

Socorro Pimentel
Deputada

Às 1ª , 2ª , 3ª , 9ª , 11ª e 14ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1172/2017

Ementa: Dispõe sobre a prática do ato anestésico no Estado de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Determinar aos médicos anestesiologistas que:

I - Antes da realização de qualquer anestesia, exceto nas situações de urgência, é indispensável conhecer, com a devida antecedência, as condições clínicas do paciente, cabendo ao médico anestesiologista decidir da conveniência ou não da prática do ato anestésico, de modo soberano e intransferível.

a) para os procedimentos eletivos, recomenda-se que a avaliação pré-anestésica seja realizada em consulta médica antes da admissão na unidade hospitalar;

b) na avaliação pré-anestésica, baseado na condição clínica do paciente e procedimento proposto, o médico anestesiologista solicitará ou não exames complementares e/ou avaliação por outros especialistas;

c) o médico anestesiologista que realizar a avaliação pré-anestésica poderá não ser o mesmo que administrará a anestesia;

II - para conduzir as anestesias gerais ou regionais com segurança, deve o médico anestesiologista manter vigilância permanente a seu paciente;

III - a documentação mínima dos procedimentos anestésicos deverá incluir obrigatoriamente informações relativas à avaliação e prescrição pré-anestésicas, evolução clínica e tratamento intra e pós-anestésico (ANEXO I);

IV - é ato atentatório à ética médica a realização simultânea de anestesias em pacientes distintos, pelo mesmo profissional;

V - para a prática da anestesia, deve o médico anestesiologista avaliar previamente as condições de segurança do ambiente, somente praticando o ato anestésico quando asseguradas as condições mínimas para a sua realização.

Art. 2º É responsabilidade do diretor técnico da instituição assegurar as condições mínimas para a realização da anestesia com segurança.

Art. 3º Entende-se por condições mínimas de segurança para a prática da anestesia a disponibilidade de:

I - monitoração da circulação, incluindo a determinação da pressão arterial e dos batimentos cardíacos, e determinação contínua do ritmo cardíaco, incluindo cardioscopia;

II - monitoração contínua da oxigenação do sangue arterial, incluindo a oximetria de pulso;

III - monitoração contínua da ventilação, incluindo os teores de gás carbônico exalados nas seguintes situações: anestesia sob via aérea artificial (como intubação traqueal, brônquica ou máscara laríngea) e/ou ventilação artificial e/ou exposição a agentes capazes de desencadear hipertermia maligna;

IV – Equipamentos (ANEXO II), instrumental e materiais (ANEXO III) e fármacos (ANEXO IV) que permitam a realização de qualquer ato anestésico com segurança, bem como a realização de procedimentos de recuperação cardiorrespiratória.

Art. 4º Após a anestesia, o paciente deve ser removido para a sala de recuperação pós-anestésica (SRPA) ou para o/a centro (unidade) de terapia intensiva (CTI), conforme o caso.

§ 1º Enquanto aguarda a remoção, o paciente deverá permanecer no local onde foi realizado o procedimento anestésico, sob a atenção do médico anestesiologista;

§ 2º O médico anestesiologista que realizou o procedimento anestésico deverá acompanhar o transporte do paciente para a SRPA e/ou CTI;

§ 3º A alta da SRPA é de responsabilidade exclusiva do médico anestesiologista;

§ 4º Na SRPA, desde a admissão até o momento da alta, os pacientes permanecerão monitorados quanto:

a) à circulação, incluindo aferição da pressão arterial e dos batimentos cardíacos e determinação contínua do ritmo cardíaco, por meio da cardioscopia;

b) à respiração, incluindo determinação contínua da oxigenação do sangue arterial e oximetria de pulso;

c) ao estado de consciência;

d) à intensidade da dor.

Art. 5º Os anexos e as listas de equipamentos, instrumental, materiais e fármacos que obrigatoriamente devem estar disponíveis no ambiente onde se realiza qualquer anestesia, e que integram esta resolução, serão periodicamente revisados.

Parágrafo único. Itens adicionais estão indicados em situações específicas.

Art. 6° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I

As seguintes fichas fazem parte obrigatória da documentação da anestesia:

1. Ficha de avaliação pré-anestésica, incluindo:

a) identificação do anestesiologista;

b) identificação do paciente;

c) dados antropométricos;

d) antecedentes pessoais e familiares;

e) exame físico, incluindo avaliação das vias aéreas;

f) diagnóstico cirúrgico e doenças associadas;

g) tratamento (incluindo fármacos de uso atual ou recente);

h) jejum pré-operatório;

i) resultados dos exames complementares eventualmente solicitados e opinião de outros especialistas, se for o caso;

j) estado físico;

k) prescrição pré-anestésica;

l) consentimento informado específico para a anestesia.

2. Ficha de anestesia, incluindo:

a) identificação do(s) anestesiologista(s) responsável(is) e, se for o caso, registro do momento de transferência de responsabilidade durante o procedimento;

b) identificação do paciente;

c) início e término do procedimento;

d) técnica de anestesia empregada;

e) recursos de monitoração adotados;

f) registro da oxigenação, gás carbônico expirado final (nas situações onde foi utilizado), pressão arterial e frequência cardíaca a intervalos não superiores a dez minutos;

g) soluções e fármacos administrados (momento de administração, via e dose);

h) intercorrências e eventos adversos associados ou não à anestesia.

3. Ficha de recuperação pós-anestésica, incluindo:

a) identificação do(s) anestesiologista(s) responsável(is) e, se for o caso, registro do momento de transferência de responsabilidade durante o internamento na sala de recuperação pós-anestésica;

b) identificação do paciente;

c) momentos da admissão e da alta;

d) recursos de monitoração adotados;

e) registro da consciência, pressão arterial, frequência cardíaca, oxigenação, atividade motora e intensidade da dor a intervalos não superiores a quinze minutos;

f) soluções e fármacos administrados (momento de administração, via e dose);

g) intercorrências e eventos adversos associados ou não à anestesia.

Anexo II

Equipamentos básicos para a administração da anestesia e suporte cardiorrespiratório:

1. Em cada sala onde se administra anestesia: secção de fluxo contínuo de gases, sistema respiratório e ventilatório completo e sistema de aspiração;

2. Na unidade onde se administra anestesia: desfibrilador, marca-passo transcutâneo (incluindo gerador e cabo);

3. Recomenda-se a monitoração da temperatura e sistemas para aquecimento de pacientes em anestesia pediátrica e geriátrica, bem como em procedimentos com duração superior a duas horas, nas demais situações;

4. Recomenda-se a adoção de sistemas automáticos de infusão para administração contínua de fármacos vasoativos e anestesia intravenosa contínua.

Anexo III

Instrumental e materiais:

1. Máscaras faciais;
2. Cânulas oronasofaríngeas;
3. Máscaras laríngeas;
4. Tubos traqueais e conectores;
5. Seringas, agulhas e cateteres venosos descartáveis;
6. Laringoscópio (cabos e lâminas);
7. Guia para tubo traqueal e pinça condutora;
8. Dispositivo para cricotireostomia;
9. Seringas, agulhas e cateteres descartáveis específicos para os diversos bloqueios anestésicos neuroaxiais e periféricos.

Anexo IV

Fármacos:

1. Agentes usados em anestesia, incluindo anestésicos locais, hipnoindutores, bloqueadores neuromusculares e seus antagonistas, anestésicos inalatórios e dantroleno sódico, opióides e seus antagonistas, antieméticos, analgésicos não-opióides, corticosteróides, inibidores H2, efedrina/etil-efrina, broncodilatadores, gluconato/cloreto de cálcio;

2. Agentes destinados à ressuscitação cardiopulmonar, incluindo adrenalina, atropina, amiodarona, sulfato de magnésio, dopamina, dobutamina, noradrenalina, bicarbonato de sódio, soluções para hidratação e expansores plasmáticos.

Justificativa

O Conselho Federal de Medicina, desde 2006 procedeu com resolução no intuito de disciplinar a realização do ato anestésico.

Levando em consideração que é dever do médico guardar absoluto respeito pela vida humana, não podendo, em nenhuma circunstância, praticar atos que a afetem ou concorram para prejudicá-la;

Ainda que o alvo de toda a atenção do médico é a saúde do ser humano, em benefício da qual deverá agir com o máximo de zelo e o melhor de sua capacidade profissional;

O médico deve aprimorar e atualizar continuamente seus conhecimentos e usar o melhor do progresso científico em benefício do paciente;

Assim cientificando que não é permitido ao médico deixar de ministrar tratamento ou assistência ao paciente, salvo nas condições previstas pelo Código de Ética Médica;

Considerando que a Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa n° 50, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para Planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, em especial, salas de indução e recuperação pós-anestésica.

Sala das Reuniões, em 8 de fevereiro de 2017.

Socorro Pimentel
Deputada

Às 1ª , 3ª e 9ª Comissões.

Indicações

Indicação N° 5788/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um **APELO,** ao Secretário Estadual de Saúde, Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, no sentido de intensificar as ações de Controle das infecções sexualmente transmissíveis, com o objetivo único de melhor a saúde e a qualidade de vida da população do Bonito.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde; Exmo. Sr. Gustavo Adolfo N. de Albuquerque César, Prefeito do Bonito; Exmo. Sr. Italo Damasceno Cabral de Andrade e demais Vereadores, Presidente da Câmara de Vereadores do Bonito.

Justificativa

O controle das infecções sexualmente transmissíveis (IST), das hepatites virais, do vírus HIV e da Aids é a principal atribuição do Programa Estadual de Infecções Sexualmente Transmissíveis/Aids, que coordena e executa atividades para prevenção, diagnóstico e tratamento dos casos. O trabalho é feito em parceria com diversos setores da Secretaria Estadual de Saúde (SES), coordenações municipais e entidades da sociedade civil organizada que trabalham com esses agravos. As atividades são realizadas em consonância com os princípios do SUS, promoção dos direitos humanos e combate à discriminação e ao preconceito de gênero, raça, cor ou orientação sexual.

O Programa trabalha com ações de prevenção como elaboração, reprodução e distribuição de material informativo, folders, cartazes, cartilhas, realização de oficinas, seminários, jornadas municipais, campanhas, entre outros. Desenvolve ações que ampliam o acesso ao diagnóstico e a prevenção da transmissão vertical do HIV, por meio do Projeto Nascer. Participa, ainda, dos trabalhos de prevenção entre adolescentes nas escolas, pelo projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Outro foco é coordenar uma rede de Centros Municipais de Testagem e Aconselhamento (CTA) e a distribuição de preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante, que é feita para todos os

municípios do Estado, presídios, área indígena, CTA, Serviços de Assistência Especializada (SAE), organismos municipais de políticas para mulheres e ONGs.
A assistência é feita por uma rede de SAEs, capacitação de técnicos no manejo clínico dos pacientes, promoção de grupos de adesão, distribuição de medicamentos antiretrovirais e de medicamentos de infecções oportunistas. Os exames de CD4, Carga Viral e Genotipagem são garantidos para todos os pacientes.
A Vigilância Epidemiológica dos casos de corrimento uretral em homem, sífilis adquirida, sífilis e HIV em gestantes, criança exposta, sífilis congênita e Aids em adultos e crianças é implementada a partir de oficinas e treinamentos para profissionais das regionais, dos municípios e dos serviços de saúde. A análise dos dados permite a elaboração de boletins que são publicados e possibilita a disseminação das informações, contribuindo para a tomada de decisões no enfrentamento das DST.
Diante do exposto, solicito aos Ilustres Pares a aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Indicação N° 5789/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um **APELO,** ao Secretário Estadual de Saúde, Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, no sentido de intensificar as ações de Controle das infecções sexualmente transmissíveis, com o objetivo único de melhor a saúde e a qualidade de vida da população de Tamandaré.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Sergio Hacker Corte Real, Prefeito de Tamandaré; Exmo. Sr. Paulo Cesar Mendes de Jesus e demais Vereadores, Presidente da Câmara de Vereadores de Tamandaré; Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde.

Justificativa

O controle das infecções sexualmente transmissíveis (IST), das hepatites virais, do vírus HIV e da Aids é a principal atribuição do Programa Estadual de Infecções Sexualmente Transmissíveis/Aids, que coordena e executa atividades para prevenção, diagnóstico e tratamento dos casos. O trabalho é feito em parceria com diversos setores da Secretaria Estadual de Saúde (SES), coordenações municipais e entidades da sociedade civil organizada que trabalham com esses agravos. As atividades são realizadas em consonância com os princípios do SUS, promoção dos direitos humanos e combate à discriminação e ao preconceito de gênero, raça, cor ou orientação sexual.
O Programa trabalha com ações de prevenção como elaboração, reprodução e distribuição de material informativo, folders, cartazes, cartilhas, realização de oficinas, seminários, jornadas municipais, campanhas, entre outros. Desenvolve ações que ampliam o acesso ao diagnóstico e a prevenção da transmissão vertical do HIV, por meio do Projeto Nascer. Participa, ainda, dos trabalhos de prevenção entre adolescentes nas escolas, pelo projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Outro foco é coordenar uma rede de Centros Municipais de Testagem e Aconselhamento (CTA) e a distribuição de preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante, que é feita para todos os municípios do Estado, presídios, área indígena, CTA, Serviços de Assistência Especializada (SAE), organismos municipais de políticas para mulheres e ONGs.
A assistência é feita por uma rede de SAEs, capacitação de técnicos no manejo clínico dos pacientes, promoção de grupos de adesão, distribuição de medicamentos antiretrovirais e de medicamentos de infecções oportunistas. Os exames de CD4, Carga Viral e Genotipagem são garantidos para todos os pacientes.
A Vigilância Epidemiológica dos casos de corrimento uretral em homem, sífilis adquirida, sífilis e HIV em gestantes, criança exposta, sífilis congênita e Aids em adultos e crianças é implementada a partir de oficinas e treinamentos para profissionais das regionais, dos municípios e dos serviços de saúde. A análise dos dados permite a elaboração de boletins que são publicados e possibilita a disseminação das informações, contribuindo para a tomada de decisões no enfrentamento das DST.
Diante do exposto, solicito aos Ilustres Pares a aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Indicação N° 5790/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um **APELO,** ao Secretário Estadual de Saúde, Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, no sentido de intensificar as ações de Controle das infecções sexualmente transmissíveis, com o objetivo único de melhor a saúde e a qualidade de vida da população de Xexéu.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde; Exmo. Sr. Eudo Magalhães Lyra, Prefeito de Xexéu; Exmo. Sr. Domingos Leandro da F. Junior e demais Vereadores, Presidente da Câmara dos Vereadores de Xexéu.

Justificativa

O controle das infecções sexualmente transmissíveis (IST), das hepatites virais, do vírus HIV e da Aids é a principal atribuição do Programa Estadual de Infecções Sexualmente Transmissíveis/Aids, que coordena e executa atividades para prevenção, diagnóstico e tratamento dos casos. O trabalho é feito em parceria com diversos setores da Secretaria Estadual de Saúde (SES), coordenações municipais e entidades da sociedade civil organizada que trabalham com esses agravos. As atividades são realizadas em consonância com os princípios do SUS, promoção dos direitos humanos e combate à discriminação e ao preconceito de gênero, raça, cor ou orientação sexual.
O Programa trabalha com ações de prevenção como elaboração, reprodução e distribuição de material informativo, folders, cartazes, cartilhas, realização de oficinas, seminários, jornadas municipais, campanhas, entre outros. Desenvolve ações que ampliam o acesso ao diagnóstico e a prevenção da transmissão vertical do HIV, por meio do Projeto Nascer. Participa, ainda, dos trabalhos de prevenção entre adolescentes nas escolas, pelo projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Outro foco é coordenar uma rede de Centros Municipais de Testagem e Aconselhamento (CTA) e a distribuição de preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante, que é feita para todos os municípios do Estado, presídios, área indígena, CTA, Serviços de Assistência Especializada (SAE), organismos municipais de políticas para mulheres e ONGs.
A assistência é feita por uma rede de SAEs, capacitação de técnicos no manejo clínico dos pacientes, promoção de grupos de adesão, distribuição de medicamentos antiretrovirais e de medicamentos de infecções oportunistas. Os exames de CD4, Carga Viral e Genotipagem são garantidos para todos os pacientes.
A Vigilância Epidemiológica dos casos de corrimento uretral em homem, sífilis adquirida, sífilis e HIV em gestantes, criança exposta, sífilis congênita e Aids em adultos e crianças é implementada a partir de oficinas e treinamentos para profissionais das regionais, dos municípios e dos serviços de saúde. A análise dos dados permite a elaboração de boletins que são publicados e possibilita a disseminação das informações, contribuindo para a tomada de decisões no enfrentamento das DST.
Diante do exposto, solicito aos Ilustres Pares a aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Indicação N° 5791/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um **APELO,** ao Secretário Estadual de Saúde, Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, no sentido de intensificar as ações de Controle das infecções sexualmente transmissíveis, com o objetivo único de melhor a saúde e a qualidade de vida da população de Água Preta.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Eduardo Passos Coutinho Correa de Oliveira, Prefeito de Água Preta; Exmo. Sr. Manoel Barbosa da Silva Filho e demais Vereadores, Presidente da Câmara dos Vereadores de Água Preta; Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde.

Justificativa

O controle das infecções sexualmente transmissíveis (IST), das hepatites virais, do vírus HIV e da Aids é a principal atribuição do Programa Estadual de Infecções Sexualmente Transmissíveis/Aids, que coordena e executa atividades para prevenção, diagnóstico e tratamento dos casos. O trabalho é feito em parceria com diversos setores da Secretaria Estadual de Saúde (SES), coordenações municipais e entidades da sociedade civil organizada que trabalham com esses agravos. As atividades são realizadas em consonância com os princípios do SUS, promoção dos direitos humanos e combate à discriminação e ao preconceito de gênero, raça, cor ou orientação sexual.
O Programa trabalha com ações de prevenção como elaboração, reprodução e distribuição de material informativo, folders, cartazes, cartilhas, realização de oficinas, seminários, jornadas municipais, campanhas, entre outros. Desenvolve ações que ampliam o acesso ao diagnóstico e a prevenção da transmissão vertical do HIV, por meio do Projeto Nascer. Participa, ainda, dos trabalhos de prevenção entre adolescentes nas escolas, pelo projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Outro foco é coordenar uma rede de Centros Municipais de Testagem e Aconselhamento (CTA) e a distribuição de preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante, que é feita para todos os municípios do Estado, presídios, área indígena, CTA, Serviços de Assistência Especializada (SAE), organismos municipais de políticas para mulheres e ONGs.
A assistência é feita por uma rede de SAEs, capacitação de técnicos no manejo clínico dos pacientes, promoção de grupos de adesão, distribuição de medicamentos antiretrovirais e de medicamentos de infecções oportunistas. Os exames de CD4, Carga Viral e Genotipagem são garantidos para todos os pacientes.
A Vigilância Epidemiológica dos casos de corrimento uretral em homem, sífilis adquirida, sífilis e HIV em gestantes, criança exposta, sífilis congênita e Aids em adultos e crianças é implementada a partir de oficinas e treinamentos para profissionais das regionais, dos municípios e dos serviços de saúde. A análise dos dados permite a elaboração de boletins que são publicados e possibilita a disseminação das informações, contribuindo para a tomada de decisões no enfrentamento das DST.
Diante do exposto, solicito aos Ilustres Pares a aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Indicação N° 5792/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um **APELO,** ao Secretário Estadual de Saúde, Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, no sentido de intensificar as ações de Controle das infecções sexualmente transmissíveis, com o objetivo único de melhor a saúde e a qualidade de vida da população de Palmares.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Altair Bezerra da Silva Junior, Prefeito de Palmares; Exmo. Sr. Saulo Cristemes Crispim Acioli e demais Vereadores, Presidente da Câmara dos Vereadores de Palmares; Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde.

Justificativa

O controle das infecções sexualmente transmissíveis (IST), das hepatites virais, do vírus HIV e da Aids é a principal atribuição do Programa Estadual de Infecções Sexualmente Transmissíveis/Aids, que coordena e executa atividades para prevenção, diagnóstico e tratamento dos casos. O trabalho é feito em parceria com diversos setores da Secretaria Estadual de Saúde (SES), coordenações municipais e entidades da sociedade civil organizada que trabalham com esses agravos. As atividades são realizadas em consonância com os princípios do SUS, promoção dos direitos humanos e combate à discriminação e ao preconceito de gênero, raça, cor ou orientação sexual.
O Programa trabalha com ações de prevenção como elaboração, reprodução e distribuição de material informativo, folders, cartazes, cartilhas, realização de oficinas, seminários, jornadas municipais, campanhas, entre outros. Desenvolve ações que ampliam o acesso ao diagnóstico e a prevenção da transmissão vertical do HIV, por meio do Projeto Nascer. Participa, ainda, dos trabalhos de prevenção entre adolescentes nas escolas, pelo projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Outro foco é coordenar uma rede de Centros Municipais de Testagem e Aconselhamento (CTA) e a distribuição de preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante, que é feita para todos os municípios do Estado, presídios, área indígena, CTA, Serviços de Assistência Especializada (SAE), organismos municipais de políticas para mulheres e ONGs.
A assistência é feita por uma rede de SAEs, capacitação de técnicos no manejo clínico dos pacientes, promoção de grupos de adesão, distribuição de medicamentos antiretrovirais e de medicamentos de infecções oportunistas. Os exames de CD4, Carga Viral e Genotipagem são garantidos para todos os pacientes.
A Vigilância Epidemiológica dos casos de corrimento uretral em homem, sífilis adquirida, sífilis e HIV em gestantes, criança exposta, sífilis congênita e Aids em adultos e crianças é implementada a partir de oficinas e treinamentos para profissionais das regionais, dos municípios e dos serviços de saúde. A análise dos dados permite a elaboração de boletins que são publicados e possibilita a disseminação das informações, contribuindo para a tomada de decisões no enfrentamento das DST.
Diante do exposto, solicito aos Ilustres Pares a aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Indicação N° 5793/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um **APELO,** ao Secretário Estadual de Saúde, Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, no sentido de intensificar as ações de Controle das infecções sexualmente transmissíveis, com o objetivo único de melhor a saúde e a qualidade de vida da população de Vertentes.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde; Exmo. Sr. Romero Leal Ferreira, Prefeito de Vertentes; Exmo. Sr. José Ivanildo Cabral de Souza e demais Vereadores, Presidente da Câmara dos Vereadores de Vertentes.

Justificativa

O controle das infecções sexualmente transmissíveis (IST), das hepatites virais, do vírus HIV e da Aids é a principal atribuição do Programa Estadual de Infecções Sexualmente Transmissíveis/Aids, que coordena e executa atividades para prevenção, diagnóstico e tratamento dos casos. O trabalho é feito em parceria com diversos setores da Secretaria Estadual de Saúde (SES), coordenações municipais e entidades da sociedade civil organizada que trabalham com esses agravos. As atividades são realizadas em consonância com os princípios do SUS, promoção dos direitos humanos e combate à discriminação e ao preconceito de gênero, raça, cor ou orientação sexual.
O Programa trabalha com ações de prevenção como elaboração, reprodução e distribuição de material informativo, folders, cartazes, cartilhas, realização de oficinas, seminários, jornadas municipais, campanhas, entre outros. Desenvolve ações que ampliam o acesso ao diagnóstico e a prevenção da transmissão vertical do HIV, por meio do Projeto Nascer. Participa, ainda, dos trabalhos de prevenção entre adolescentes nas escolas, pelo projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Outro foco é coordenar uma rede de Centros Municipais de Testagem e Aconselhamento (CTA) e a distribuição de preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante, que é feita para todos os municípios do Estado, presídios, área indígena, CTA, Serviços de Assistência Especializada (SAE), organismos municipais de políticas para mulheres e ONGs.
A assistência é feita por uma rede de SAEs, capacitação de técnicos no manejo clínico dos pacientes, promoção de grupos de adesão, distribuição de medicamentos antiretrovirais e de medicamentos de infecções oportunistas. Os exames de CD4, Carga Viral e Genotipagem são garantidos para todos os pacientes.
A Vigilância Epidemiológica dos casos de corrimento uretral em homem, sífilis adquirida, sífilis e HIV em gestantes, criança exposta, sífilis congênita e Aids em adultos e crianças é implementada a partir de oficinas e treinamentos para profissionais das regionais, dos municípios e dos serviços de saúde. A análise dos dados permite a elaboração de boletins que são publicados e possibilita a disseminação das informações, contribuindo para a tomada de decisões no enfrentamento das DST.
Diante do exposto, solicito aos Ilustres Pares a aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Indicação N° 5794/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um **APELO,** ao Secretário Estadual de Saúde, Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, no sentido de intensificar as ações de Controle das infecções sexualmente transmissíveis, com o objetivo único de melhor a saúde e a qualidade de vida da população de São José da Coroa Grande.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Jaziel Gonsalves Lages, Prefeito de São José da Coroa Grande; Exmo. Sr. Mauro Antônio dos Anjos, Presidente da Câmara dos Vereadores de São José da Coroa Grande; Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde.

Justificativa

O controle das infecções sexualmente transmissíveis (IST), das hepatites virais, do vírus HIV e da Aids é a principal atribuição do Programa Estadual de Infecções Sexualmente Transmissíveis/Aids, que coordena e executa atividades para prevenção, diagnóstico e tratamento dos casos. O trabalho é feito em parceria com diversos setores da Secretaria Estadual de Saúde (SES), coordenações municipais e entidades da sociedade civil organizada que trabalham com esses agravos. As atividades são realizadas em consonância com os princípios do SUS, promoção dos direitos humanos e combate à discriminação e ao preconceito de gênero, raça, cor ou orientação sexual.
O Programa trabalha com ações de prevenção como elaboração, reprodução e distribuição de material informativo, folders, cartazes, cartilhas, realização de oficinas, seminários, jornadas municipais, campanhas, entre outros. Desenvolve ações que ampliam o acesso ao diagnóstico e a prevenção da transmissão vertical do HIV, por meio do Projeto Nascer. Participa, ainda, dos trabalhos de prevenção entre adolescentes nas escolas, pelo projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Outro foco é coordenar uma rede de Centros Municipais de Testagem e Aconselhamento (CTA) e a distribuição de preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante, que é feita para todos os municípios do Estado, presídios, área indígena, CTA, Serviços de Assistência Especializada (SAE), organismos municipais de políticas para mulheres e ONGs.
A assistência é feita por uma rede de SAEs, capacitação de técnicos no manejo clínico dos pacientes, promoção de grupos de adesão, distribuição de medicamentos antiretrovirais e de medicamentos de infecções oportunistas. Os exames de CD4, Carga Viral e Genotipagem são garantidos para todos os pacientes.
A Vigilância Epidemiológica dos casos de corrimento uretral em homem, sífilis adquirida, sífilis e HIV em gestantes, criança exposta, sífilis congênita e Aids em adultos e crianças é implementada a partir de oficinas e treinamentos para profissionais das regionais, dos municípios e dos serviços de saúde. A análise dos dados permite a elaboração de boletins que são publicados e possibilita a disseminação das informações, contribuindo para a tomada de decisões no enfrentamento das DST.
Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Indicação N° 5795/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um **APELO,** ao Secretário Estadual de Saúde, Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, no sentido de intensificar as ações de Controle das infecções sexualmente transmissíveis, com o objetivo único de melhor a saúde e a qualidade de vida da população de João Alfredo.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde; Exma. Sra. Maria Sebastiana da Conceição, Prefeita de João Alfredo; Exmo. Sr. David Prazeres dos Santos, Presidente da Câmara dos Vereadores de João Alfredo.

Justificativa

O controle das infecções sexualmente transmissíveis (IST), das hepatites virais, do vírus HIV e da Aids é a principal atribuição do Programa Estadual de Infecções Sexualmente Transmissíveis/Aids, que coordena e executa atividades para prevenção, diagnóstico e tratamento dos casos. O trabalho é feito em parceria com diversos setores da Secretaria Estadual de Saúde (SES), coordenações municipais e entidades da sociedade civil organizada que trabalham com esses agravos. As atividades são realizadas em consonância com os princípios do SUS, promoção dos direitos humanos e combate à discriminação e ao preconceito de gênero, raça, cor ou orientação sexual.
O Programa trabalha com ações de prevenção como elaboração, reprodução e distribuição de material informativo, folders, cartazes, cartilhas, realização de oficinas, seminários, jornadas municipais, campanhas, entre outros. Desenvolve ações que ampliam o acesso ao diagnóstico e a prevenção da transmissão vertical do HIV, por meio do Projeto Nascer. Participa, ainda, dos trabalhos de prevenção entre adolescentes nas escolas, pelo projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Outro foco é coordenar uma rede de Centros Municipais de Testagem e Aconselhamento (CTA) e a distribuição de preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante, que é feita para todos os municípios do Estado, presídios, área indígena, CTA, Serviços de Assistência Especializada (SAE), organismos municipais de políticas para mulheres e ONGs.
A assistência é feita por uma rede de SAEs, capacitação de técnicos no manejo clínico dos pacientes, promoção de grupos de adesão, distribuição de medicamentos antiretrovirais e de medicamentos de infecções oportunistas. Os exames de CD4, Carga Viral e Genotipagem são garantidos para todos os pacientes.
A Vigilância Epidemiológica dos casos de corrimento uretral em homem, sífilis adquirida, sífilis e HIV em gestantes, criança exposta, sífilis congênita e Aids em adultos e crianças é implementada a partir de oficinas e treinamentos para profissionais das regionais, dos municípios e dos serviços de saúde. A análise dos dados permite a elaboração de boletins que são publicados e possibilita a disseminação das informações, contribuindo para a tomada de decisões no enfrentamento das DST.
Diante do exposto, solicito aos Ilustres Pares a aprovação desta Indicação.
Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Indicação N° 5796/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um **APELO,** ao Secretário Estadual de Saúde, Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, no sentido de intensificar as ações de Controle das infecções sexualmente transmissíveis, com o objetivo único de melhor a saúde e a qualidade de vida da população de Salgueiro.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde; Exmo. Sr. Clebel de Souza Cordeiro, Prefeito de Salgueiro.

Justificativa

O controle das infecções sexualmente transmissíveis (IST), das hepatites virais, do vírus HIV e da Aids é a principal atribuição do Programa Estadual de Infecções Sexualmente Transmissíveis/Aids, que coordena e executa atividades para prevenção, diagnóstico e tratamento dos casos. O trabalho é feito em parceria com diversos setores da Secretaria Estadual de Saúde (SES), coordenações municipais e entidades da sociedade civil organizada que trabalham com esses agravos. As atividades são realizadas em consonância com os princípios do SUS, promoção dos direitos humanos e combate à discriminação e ao preconceito de gênero, raça, cor ou orientação sexual.
O Programa trabalha com ações de prevenção como elaboração, reprodução e distribuição de material informativo, folders, cartazes, cartilhas, realização de oficinas, seminários, jornadas municipais, campanhas, entre outros. Desenvolve ações que ampliam o acesso ao diagnóstico e a prevenção da transmissão vertical do HIV, por meio do Projeto Nascer. Participa, ainda, dos trabalhos de prevenção entre adolescentes nas escolas, pelo projeto Saúde e Prevenção nas Escolas. Outro foco é coordenar uma rede de Centros Municipais de Testagem e Aconselhamento (CTA) e a distribuição de preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante, que é feita para todos os municípios do Estado, presídios, área indígena, CTA, Serviços de Assistência Especializada (SAE), organismos municipais de políticas para mulheres e ONGs.
A assistência é feita por uma rede de SAEs, capacitação de técnicos no manejo clínico dos pacientes, promoção de grupos de adesão, distribuição de medicamentos antiretrovirais e de medicamentos de infecções oportunistas. Os exames de CD4, Carga Viral e Genotipagem são garantidos para todos os pacientes.
A Vigilância Epidemiológica dos casos de corrimento uretral em homem, sífilis adquirida, sífilis e HIV em gestantes, criança exposta, sífilis congênita e Aids em adultos e crianças é implementada a partir de oficinas e treinamentos para profissionais das regionais, dos municípios e dos serviços de saúde. A análise dos dados permite a elaboração de boletins que são publicados e possibilita a disseminação das informações, contribuindo para a tomada de decisões no enfrentamento das DST.
Diante do exposto, solicito aos Ilustres Pares a aprovação desta Indicação.
Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Indicação N° 5797/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota Silveira Filho; ao Exmo. Sr. Secretário Executivo de Agricultura Familiar, José Cláudio da Silva; e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, Gabriel Alves Maciel, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o Município de Cumaru-PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exma. Sra. Mariana Mendes Medeiros, Prefeita de Cumaru; Exmo. Sr. José Humberto de Oliveira, Vereador de Cumaru; Exmo. Sr. Marcos André Gonçalves da Costa, Vereador de Cumaru; Exmo. Sr. José Almir de Oliveira, Vereador de Cumaru; Exmo. Sr. José Gomes da Silva Filho, Vereador de Cumaru; Exmo. Sr. Antônio Americo Jesus Mendes de Medeiros, Vereador de Cumaru; Exmo. Sr. Gilvan da Silva Barbosa, Vereador de Cumaru; Exmo. Sr. José Edson Gomes de Moura, Vereador de Cumaru; Exma. Sr. Luciana Maira Tabosa de Lima, Vereadora de Cumaru; Exmo Sr. Fernando Belarmino da Silva, Vereador de Cumaru; Exmo. Sr. George Bezerra da Silva, Vereador de Cumaru; Exmo. Sr. George Carlos da Silva, Vereador de Cumaru.

Justificativa

Este pleito solicita ao Governo do Estado que viabilize a distribuição de sementes para o município acima indicado, visando à diversificação das atividades agrícolas para beneficiar os pequenos produtores familiares na sua subsistência, com a geração de renda e qualidade de vida.
Por tudo exposto, faz-se necessário que os agricultores familiares estejam garantidos na esperança de uma boa colheita, motivo pelo qual peço o apoio dos nobres Pares na aprovação deste pleito.
Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.

Eriberto Medeiros
Deputado

Indicação N° 5798/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota Silveira Filho; ao Exmo. Sr. Secretário Executivo de Agricultura Familiar, José Cláudio da Silva; e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, Gabriel Alves Maciel, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o Município de Palmares
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Ilma. Sra. Josităinia Lira Santos Lins, Inst. de Mulheres; Exmo. Sr. Altair Bezerra da Silva Júnior, Prefeito de Palmares.

Justificativa

Este pleito solicita ao Governo do Estado que viabilize a distribuição de sementes para o município acima indicado, visando à diversificação das atividades agrícolas para beneficiar os pequenos produtores familiares na sua subsistência, com a geração de renda e qualidade de vida.
Por tudo exposto, faz-se necessário que os agricultores familiares estejam garantidos na esperança de uma boa colheita, motivo pelo qual peço o apoio dos nobres Pares na aprovação deste pleito.
Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.

Eriberto Medeiros
Deputado

Indicação N° 5799/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota Silveira Filho; ao Exmo. Sr. Secretário Executivo de Agricultura Familiar, José Cláudio da Silva; e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, Gabriel Alves Maciel, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o Município de Cupira/PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. José Maria Leite de Macedo, Prefeito de Cupira; Ilmo. Sr. David Marques de Amorim, Vereador de Cupira.

Justificativa

Este pleito solicita ao Governo do Estado que viabilize a distribuição de sementes para o município acima indicado, visando à diversificação das atividades agrícolas para beneficiar os pequenos produtores familiares na sua subsistência, com a geração de renda e qualidade de vida.
Por tudo exposto, faz-se necessário que os agricultores familiares estejam garantidos na esperança de uma boa colheita, motivo pelo qual peço o apoio dos nobres Pares na aprovação deste pleito.
Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Eriberto Medeiros
Deputado

Indicação N° 5800/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota Silveira Filho; ao Exmo. Sr. Secretário Executivo de Agricultura Familiar, José Cláudio da Silva; e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, Gabriel Alves Maciel, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o Município de Altinho/PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Orlando José da Silva, Prefeito de Altinho; Ilmo. Sr. José Petrônio da Silva, Agricultor.

Justificativa

Este pleito solicita ao Governo do Estado que viabilize a distribuição de sementes para o município acima indicado, visando à diversificação das atividades agrícolas para beneficiar os pequenos produtores familiares na sua subsistência, com a geração de renda e qualidade de vida.
Por tudo exposto, faz-se necessário que os agricultores familiares estejam garantidos na esperança de uma boa colheita, motivo pelo qual peço o apoio dos nobres Pares na aprovação deste pleito.
Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Eriberto Medeiros
Deputado

Indicação N° 5801/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota Silveira Filho; ao Exmo. Sr. Secretário Executivo de Agricultura Familiar, José Cláudio da Silva; e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, Gabriel Alves Maciel, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o Município de Joaquim Nabuco.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Antônio Raimundo Barreto Neto, Prefeito de Joaquim Nabuco; Exma. Sra. Maria Lucicleide da Silva, Vereadora de Joaquim Nabuco; Exma. Sra. Edvânia Maria da Silva, Vereadora de Joaquim Nabuco; Exmo. Sr. Elías Batista da Silva, Vereador de Joaquim Nabuco; Exma. Sra. Lucicleide da Silva Santos, Vereadora de Joaquim Nabuco; Exmo. Sr. Frederico Cesar Malaquias Silva Ferreira, Vereador de Joaquim Nabuco; Exmo. Sr. Cícero José da Silva, Vereador de Joaquim Nabuco; Exmo. Sr. Antenor José dos Reis Neto, Vereador de Joaquim Nabuco; Exmo. Sr. Edvaldo Clarindo da Silva, Vereador de Joaquim Nabuco; Exmo Sr. Charles Batista de Melo, Vereador de Joaquim Nabuco; Exmo. Sr. Cícero Ferreira de Melo, Vereador de Joaquim Nabuco; Exmo. Sr. Luciano França de Souza, Vereador de Joaquim Nabuco; Exmo. Sr. Adriano Alves da Silva, Vereador de Joaquim Nabuco.

Justificativa

Este pleito solicita ao Governo do Estado que viabilize a distribuição de sementes para o município acima indicado, visando à diversificação das atividades agrícolas para beneficiar os pequenos produtores familiares na sua subsistência, com a geração de renda e qualidade de vida.
Por tudo exposto, faz-se necessário que os agricultores familiares estejam garantidos na esperança de uma boa colheita, motivo pelo qual peço o apoio dos nobres Pares na aprovação deste pleito.

Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.

Eriberto Medeiros
Deputado

Indicação N° 5802/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota Silveira Filho; ao Exmo. Sr. Secretário Executivo de Agricultura Familiar, José Cláudio da Silva; e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, Gabriel Alves Maciel, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o Município de Toritama-PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Edilson Tavares de Lima, Prefeito de Toritama; Exmo. Sr. Deoclécio Raimundo da Silva, Vereador de Toritama.

Justificativa

Este pleito solicita ao Governo do Estado que viabilize a distribuição de sementes para o município acima indicado, visando à diversificação das atividades agrícolas para beneficiar os pequenos produtores familiares na sua subsistência, com a geração de renda e qualidade de vida.
Por tudo exposto, faz-se necessário que os agricultores familiares estejam garantidos na esperança de uma boa colheita, motivo pelo qual peço o apoio dos nobres Pares na aprovação deste pleito.

Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Eriberto Medeiros
Deputado

Indicação N° 5803/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota Silveira Filho; ao Exmo. Sr. Secretário Executivo de Agricultura Familiar, José Cláudio da Silva; e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, Gabriel Alves Maciel, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o Município de Tuparetama/PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr.Domingos Sávio da Costa, Prefeito de Tuparetama; Ilmo. Sr. Ailton Miguel da Silva, Agricultor e Radialista.

Justificativa

Este pleito solicita ao Governo do Estado que viabilize a distribuição de sementes para o município acima indicado, visando à diversificação das atividades agrícolas para beneficiar os pequenos produtores familiares na sua subsistência, com a geração de renda e qualidade de vida.
Por tudo exposto, faz-se necessário que os agricultores familiares estejam garantidos na esperança de uma boa colheita, motivo pelo qual peço o apoio dos nobres Pares na aprovação deste pleito.

Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Eriberto Medeiros
Deputado

Indicação N° 5804/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Governador de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara; ao Exmo. Sr. Secretário Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, Nilton Mota Silveira Filho; ao Exmo. Sr. Secretário Executivo de Agricultura Familiar, José Cláudio da Silva; e ao Ilmo. Sr. Diretor do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA, Gabriel Alves Maciel, no sentido de providenciar a Distribuição de Sementes para o Município de Chã de Alegria-PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. José Pedro de Morais, Vereador de Chã de Alegria; Tarcisio Massena Pereira da Silva, Prefeito de Chã de Alegria.

Justificativa

Este pleito solicita ao Governo do Estado que viabilize a distribuição de sementes para o município acima indicado, visando à diversificação das atividades agrícolas para beneficiar os pequenos produtores familiares na sua subsistência, com a geração de renda e qualidade de vida.
Por tudo exposto, faz-se necessário que os agricultores familiares estejam garantidos na esperança de uma boa colheita, motivo pelo qual peço o apoio dos nobres Pares na aprovação deste pleito.

Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.

Eriberto Medeiros
Deputado

Indicação N° 5805/2017

Indicamos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade de Olinda, Professor Lupércio Carlos do Nascimento e a Excelentíssima Senhora Secretária de Obras, Simone Pessoa Gouveia de Melo Lucchese, no sentido de providenciar, com urgência, **a desobstrução das galerias pluviais do Sistema de Drenagem, do bairro de Casa Caiada, município de Olinda/PE, especificamente nas proximidades da Rua Alcina Coelho, com a Avenida Ministro Marcos Feire, em frente à orla**.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Fernando Saburido, Assebispo de Olinda e Recife; Lupércio Carlos do Nascimento, Prefeito do Município de Olinda; Márcio Antony Domingos Botelho, Vice- Prefeito do Município de Olinda; Simone Pessoa Gouveia de Melo Lucchese, Secretária de Obras do Município de Olinda; Jorge Salustiano, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Olinda; Algério Antônio da Silva, Severino Barbosa de Souza, Severino Barbosa de Souza, Denise Almeida, Edmilson Fernandes, Graça Fonseca, Jesuíno Araújo, João Joaquim de Melo Neto, Marcelo Soares, Alexandre de Lima Freitas, Márcio Barbosa, Mizael Prestanista, Neto da Beira Rio, Professor Marcelo, Ricardo Sousa, Saulo Holanda, Vlademir Labanca, Vereadores do município de Olinda; Júlio Cesar Garcia Barros, Engenheiro Civil; Augusto Borges, Empresário; Almir Falcão, Aposentado; Luciano Tavares, Engenheiro Civil; Dr. Sóstenes, Advogado; Luciana Cavalcanti, Servidora Pública; Simone Carvalho, Odontóloga; Júlio César Elihimas, Promotor do MPE/PE; Luciano Vaz, Empresário; João Ramos, Médico; Senhor Manoel, Empresário; Almir de Farias, Empresário; Wilsa Tenório, 'Empresária; Everaldo Vilaça, Gerente; Gutemberg Amorim, Médico; Eric Lapenda, Advogado; Hugo Gomes, Farmacêutico; André Buonafina, Engenheiro Civil; Rodrigo Guimarães, Empresário.

Justificativa

A Proposição que ora estamos apresentado a Mesa Diretora desta Casa, objetiva beneficiar os moradores da localidade acima referida, através da desobstrução das galerias que compõem o Sistema de Drenagem, conforme acima discriminado. Atualmente a situação é das mais precárias, face a existência do lixo, da terra e de outros dejetos que nela vêm se acumulando de forma contumaz.
Por assim ser, e pelo histórico de alagamento que se abate sobre a localidade, assim como nas garagens de casas e prédios residenciais, ficam constantemente inundadas causando imensos transtornos aos moradores e demais pessoas que circulam pela área.
Para aquelas que possuem veículos automotores, o problema se torna ainda mais grave, vez que se deparam com dificuldades para sair com os mesmos em busca dos seus afazeres, e que eventualmente sofrem prejuízos com a invasão das águas represadas em suas garagens.
Dito isto, é que tomamos a iniciativa de nos dirigirmos à edilidade Olindense, no sentido de solicitar providência para que seja solucionado dentro da urgência que se faz necessária, atendendo também a reivindicação do Senhor Júlio Cesar Garcia Barros, conforme publicação constante no Jornal do Commercio, Seção Opiniões - Voz do Leitor, na edição do dia 07/02/2017.
Ante tais considerações, é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa, no intuito de solicitar a acolhida da proposição, viabilizando sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 8 de fevereiro de 2017.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 5806/2017

Indicamos a Mesa, ouvido Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Olinda, Lupércio Carlos do Nascimento, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Serviços Públicos, Evandro Avelar, no sentido de viabilizar, com a máxima urgência, a cessão de caminhões para a retomada da coleta seletiva de lixo, antes de seguir à destinação final, no município de Olinda.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Lupércio Carlos do Nascimento, Prefeito do Município de Olinda; Márcio Antony Domingos Botelho, Vice- Prefeito do Município de Olinda; Evandro Avelar, Secretário de Serviços Públicos do município de Olinda; Algério Antônio da Silva, Severino Barbosa de Souza, Severino Barbosa de Souza, Denise Almeida, Edmilson Fernandes, Graça Fonseca, Jesuíno Araújo, João Joaquim de Melo Neto, Marcelo Soares, Alexandre de Lima Freitas, Márcio Barbosa, Mizael Prestanista, Neto da Beira Rio, Professor Marcelo, Ricardo Sousa, Saulo Holanda, Vlademir Labanca, Vereadores do município de Olinda; Jorge Salustiano, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Olinda; Breno Lins de Aguiar, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Olinda; Maurício Nunes, Coletor de Material Reciclável; Lúcia Silva, Coletora de Material Reciclável; Silvaneide Silva, Coletora de Material Reciclável; Associação dos Recicladores de Olinda - ARO, Membros; Odin Neves, Presidente da Subceccional da OAB em Olinda.

Justificativa

A proposição em pauta visa atender pleito da Associação de Reciclagem de Olinda - ARO, ora representada por um dos seus membros, Senhor Maurício Nunes, e publicado no Jornal do Commercio, Seção Política, edição de 08 de fevereiro do corrente.
A prestação do serviço vem sofrendo solução de continuidade, tendo em vista que o único veículo (caminhão) cedido pela prefeitura para transportar o material até a sede da entidade quebra constantemente, prejudicando sobremaneira a execução da atividade.
A coleta seletiva domiciliar é realizada em carroças, e posteriormente repassada para o caminhão, e, se o serviço não for retomado de imediato a população continuará sendo prejudicada e poderão inclusive perder os doadores.
Por assim, é que tomamos a iniciativa de elaborar a presente proposição que visa beneficiar famílias que dependem economicamente da reciclagem de lixo em Olinda.
Ante o exposto, e pelo alcance social que a reveste, é que vimos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, que dispense a necessária acolhida no intuito de sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 8 de fevereiro de 2017.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação N° 5807/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, à Prefeita de Arcoverde, **Sra. Maria Madalena Santos de Britto,** ao Secretário Estadual de Saúde, **Sr. José Iran Costa Júnior**, e por fim à Secretária Municipal de Saúde, **Sra. Andreia Karla Santos de Britto**, no sentido de implementar campanhas de conscientização e incentivo à doação de sangue, no município de Arcoverde, com o objetivo único de suprir a necessidade de estoque sanguíneo.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde; Sra. Maria Madalena Santos de Britto, Prefeita de Arcoverde; Sra. Andreia Karla Santos de Britto, Secretária Municipal de Saúde; Pr. Genival Braga, Pastor.

Justificativa

Doação de sangue é o processo pelo qual um doador voluntário tem seu sangue coletado para armazenamento em um banco de sangue ou hemocentro para um uso subsequente em uma transfusão de sangue. Trata-se de um processo de fundamental importância para o funcionamento de um hospital ou centro de saúde
Doar sangue é um procedimento simples, rápido, sigiloso e seguro. Para o doador em geral não há riscos. Os componentes do sangue doado são rapidamente repostos pelo organismo, e o normal é não haver qualquer consequência da doação.
Todos os procedimentos médicos que demandam transfusão de sangue precisam dispor de um fornecimento regular e seguro deste elemento. Daí a importância de se manter sempre abastecidos os bancos de sangue por meio das doações.
Atualmente apenas 1,8 % da população brasileira é doadora, os estoques do SUS e dos Hemocentros estão no limite, inclusive no estado de Pernambuco inclusive cirurgias começam a ser desmarcadas devido a baixa na quantidade de bolsas.
Além de reforçar a importância da doação de sangue, é preciso sensibilizar novos doadores e fidelizar os que já existem.
No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar as condições da saúde pública no Estado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5808/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Prefeito de Tabira, **Sr. Sebastião Dias Filho,** ao Secretário Estadual de Saúde, **Sr. José Iran Costa Júnior**, e por fim ao Secretário Municipal de Saúde, **Sr. Allan Guedes de Melo Dias**, no sentido de implementar campanhas de conscientização e incentivo à doação de sangue, no município de Tabira, com o objetivo único de suprir a necessidade de estoque sanguíneo.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde; Sr. Sebastião Dias Filho, Prefeito de Tabira; Sr. Allan Guedes de Melo Dias, Secretário Municipal de Saúde; Pr. Eraldo Pereira do Nascimento, Pastor.

Justificativa

Doação de sangue é o processo pelo qual um doador voluntário tem seu sangue coletado para armazenamento em um banco de sangue ou hemocentro para um uso subsequente em uma transfusão de sangue. Trata-se de um processo de fundamental importância para o funcionamento de um hospital ou centro de saúde
Doar sangue é um procedimento simples, rápido, sigiloso e seguro. Para o doador em geral não há riscos. Os componentes do sangue doado são rapidamente repostos pelo organismo, e o normal é não haver qualquer consequência da doação.
Todos os procedimentos médicos que demandam transfusão de sangue precisam dispor de um fornecimento regular e seguro deste elemento. Daí a importância de se manter sempre abastecidos os bancos de sangue por meio das doações.
Atualmente apenas 1,8 % da população brasileira é doadora, os estoques do SUS e dos Hemocentros estão no limite, inclusive no estado de Pernambuco inclusive cirurgias começam a ser desmarcadas devido a baixa na quantidade de bolsas.
Além de reforçar a importância da doação de sangue, é preciso sensibilizar novos doadores e fidelizar os que já existem.
No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar as condições da saúde pública no Estado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5809/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Prefeito de Carnaíba, **Sr. José de Anchieta Gomes Patriota,** ao Secretário Estadual de Saúde, **Sr. José Iran Costa Júnior**, e por fim à Secretária Municipal de Saúde, **Sra. Maria do Socorro Tenório**, no sentido de implementar campanhas de conscientização e incentivo à doação de sangue, no município de Carnaíba, com o objetivo único de suprir a necessidade de estoque sanguíneo.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. José Iran Costa Júnior, Secretário Estadual de Saúde; Sr. José de Anchieta Gomes Patriota, Prefeito de Carnaíba; Sra. Maria do Socorro Tenório, Secretária Municipal de Saúde; Ev. Miguel Pedro da Silva, Evangelista.

Justificativa

Doação de sangue é o processo pelo qual um doador voluntário tem seu sangue coletado para armazenamento em um banco de sangue ou hemocentro para um uso subsequente em uma transfusão de sangue. Trata-se de um processo de fundamental importância para o funcionamento de um hospital ou centro de saúde
Doar sangue é um procedimento simples, rápido, sigiloso e seguro. Para o doador em geral não há riscos. Os componentes do sangue doado são rapidamente repostos pelo organismo, e o normal é não haver qualquer consequência da doação.
Todos os procedimentos médicos que demandam transfusão de sangue precisam dispor de um fornecimento regular e seguro deste elemento. Daí a importância de se manter sempre abastecidos os bancos de sangue por meio das doações.
Atualmente apenas 1,8 % da população brasileira é doadora, os estoques do SUS e dos Hemocentros estão no limite, inclusive no estado de Pernambuco inclusive cirurgias começam a ser desmarcadas devido a baixa na quantidade de bolsas.
Além de reforçar a importância da doação de sangue, é preciso sensibilizar novos doadores e fidelizar os que já existem.
No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar as condições da saúde pública no Estado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5810/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Prefeito de Águas Belas, **Sr. Luiz Aroldo Rezende de Lima ,** ao Comandante Geral da Polícia Militar, **Coronel Carlos Alberto D'Albuquerque Maranhão Filho,** e por fim ao Secretário de Defesa Social, **Sr. Ângelo Fernandes Gioia,** no sentido de viabilizar Reforço Policial para o município de Águas Belas, com o objetivo único de melhorar a segurança básica daquela localidade.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. Ângelo Fernandes Gioia, Secretário Estadual de Defesa Social; Carlos Alberto D'Albuquerque Maranhão Filho, Comandante Geral da Polícia Militar; Sr. Luiz Aroldo Rezende de Lima, Prefeito de Águas Belas; Pb. Levy Azevedo, Presbítero.

Justificativa

De acordo com os últimos dados sobre Segurança, no Estado de Pernambuco foi registrado um aumento na taxa de violência pelo terceiro ano consecutivo. O número de homicídios em todo o estado, que superou a marca dos três mil no último ano, e as constantes investidas à agências bancárias, por exemplo, tem contribuído para que o índice de violência do estado tenha atingido o nível recorde.
Considerando que a força policial é uma das mais importantes Instituições do Estado, uma vez que é responsável pela garantia da preservação, da manutenção e da restauração da segurança e da ordem pública.
Considerando ainda que o município supracitado vem sofrendo ondas de assaltos com armas de fogo, furtos qualificados (pelo emprego de violência), agressões e até mesmo homicídios, e que todos estes acontecimentos têm assombrado os moradores daquela localidade, privando-os, assim, da paz assegurada constitucionalmente.
No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a segurança pública do Município supracitado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5811/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Prefeito de Betânia, **Sr. Mário Gomes Flor Filho,** ao Comandante Geral da Polícia Militar, **Coronel Carlos Alberto D'Albuquerque Maranhão Filho,** e por fim ao Secretário de Defesa Social, **Sr. Ângelo Fernandes Gioia,** no sentido de viabilizar Reforço Policial para o município de Betânia, com o objetivo único de melhorar a segurança básica daquela localidade.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. Ângelo Fernandes Gioia, Secretário Estadual de Defesa Social; Carlos Alberto D'Albuquerque Maranhão Filho, Comandante Geral da Polícia Militar; Sr. Mário Gomes Flor Filho, Prefeito de Betânia; Ev. Manoel Firmo de Moura, Evangelista.

Justificativa

De acordo com os últimos dados sobre Segurança, no Estado de Pernambuco foi registrado um aumento na taxa de violência pelo terceiro ano consecutivo. O número de homicídios em todo o estado, que superou a marca dos três mil no último ano, e as constantes investidas à agências bancárias, por exemplo, tem contribuído para que o índice de violência do estado tenha atingido o nível recorde.
Considerando que a força policial é uma das mais importantes Instituições do Estado, uma vez que é responsável pela garantia da preservação, da manutenção e da restauração da segurança e da ordem pública.
Considerando ainda que o município supracitado vem sofrendo ondas de assaltos com armas de fogo, furtos qualificados (pelo emprego de violência), agressões e até mesmo homicídios, e que todos estes acontecimentos têm assombrado os moradores daquela localidade, privando-os, assim, da paz assegurada constitucionalmente.
No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a segurança pública do Município supracitado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5812/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, **Sr. Paulo Câmara**, ao Prefeito de Custódia, **Sr. Emmanuel Fernandes de Freitas Gois,** ao Comandante Geral da Polícia Militar, **Coronel Carlos Alberto D'Albuquerque Maranhão Filho,** e por fim ao Secretário de Defesa Social, **Sr. Ângelo Fernandes Gioia,** no sentido de viabilizar Reforço Policial para o município de Custódia, com o objetivo único de melhorar a segurança básica daquela localidade.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Sr. Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sr. Ângelo Fernandes Gioia, Secretário Estadual de Defesa Social; Carlos Alberto D'Albuquerque Maranhão Filho, Comandante Geral da Polícia Militar; Sr. Emmanuel Fernandes de Freitas Gois, Prefeito de Custódia; Ev. Marcos Antônio Alexandre da Silva, Evangelista.

Justificativa

De acordo com os últimos dados sobre Segurança, no Estado de Pernambuco foi registrado um aumento na taxa de violência pelo terceiro ano consecutivo. O número de homicídios em todo o estado, que superou a marca dos três mil no último ano, e as constantes investidas à agências bancárias, por exemplo, tem contribuído para que o índice de violência do estado tenha atingido o nível recorde.
Considerando que a força policial é uma das mais importantes Instituições do Estado, uma vez que é responsável pela garantia da preservação, da manutenção e da restauração da segurança e da ordem pública.
Considerando ainda que o município supracitado vem sofrendo ondas de assaltos com armas de fogo, furtos qualificados (pelo emprego de violência), agressões e até mesmo homicídios, e que todos estes acontecimentos têm assombrado os moradores daquela localidade, privando-os, assim, da paz assegurada constitucionalmente.
No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a segurança pública do Município supracitado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Adalto Santos
Deputado

Indicação N° 5813/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado APELO ao Exmo. Sr. Prefeito da Cidade do Paulista, Gilberto Gonçalves Feitosa Júnior, no sentido de promover o asfaltamento da Rua Alemanha Ocidental, localizada no bairro de Pau Amarelo, Paulista-PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Gilberto Gonçalves Feitosa Júnior, Prefeito da Cidade do Paulista; Amil Romualdo, Liderança.

Justificativa

Chegou ao conhecimento deste gabinete a ausência de asfaltamento na Rua Alemanha Ocidental, localizada no bairro de Pau Amarelo, Paulista-PE, situação que vem causado diversos transtornos aos moradores do local, que passam constantemente por dificuldades de locomoção. Diante dessa situação, apelamos à Prefeitura do Recife para que proceda ao asfaltamento da localidade.

Sala das Reuniões, em 1 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5814/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, ao Excelentíssimo Secretário de Defesa Social, Sr. Angelo Fernandes e ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco, Senhor Cel. Carlos Alberto D?Albuquerque, no sentido de viabilizar o aumento do efetivo de Policiais Militares, no bairro do Alto Santa Terezinha na Cidade do Recife.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Angelo Fernandes, Secretário de Defesa Social; Carlos Alberto D?Albuquerque, Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco; Professora Ana Lúcia, Vereadora; Willam Brigido, Bispo; Paulo Campos, Pastor; Alessandro Machado, Pastor; Tiago Rufino, Pastor.

Justificativa

O local citado, tem convivido nos últimos anos, com índices alarmantes de violências de todos os tipos, devido ao número insuficiente de policiais militares ali existentes. O artigo 144 da Constituição Federal e seus incisos IV e V, " a Segurança Pública, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5815/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, ao Excelentíssimo Secretário de Defesa Social, Sr. Angelo Fernandes e ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco, Senhor Cel. Carlos Alberto D?Albuquerque, no sentido de viabilizar o aumento do efetivo de Policiais Militares, no bairro do Curado na Cidade do Recife.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Angelo Fernandes, Secretário de Defesa Social; Cel. Carlos Alberto D?Albuquerque, Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco; Professora Ana Lúcia, Vereadora; William Brigido, Bispo; Paulo Campos, Pastor; Alessandro Machado, Pastor; Tiago Rufino, Pastor.

Justificativa

O local citado, tem convivido nos últimos anos, com índices alarmantes de violências de todos os tipos, devido ao número insuficiente de policiais militares ali existentes. O artigo 144 da Constituição Federal e seus incisos IV e V, " a Segurança Pública, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5816/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, ao Excelentíssimo Secretário de Defesa Social, Sr. Angelo Fernandes e ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco, Senhor Cel. Carlos Alberto D?Albuquerque, no sentido de viabilizar o aumento do efetivo de Policiais Militares, no bairro de Água Fria na Cidade do Recife.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Angelo Fernandes, Secretário de Defesa Social; Carlos Alberto D?Albuquerque, Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco; Professora Ana Lúcia, Vereadora; William Brigido, Bispo; Paulo Campos, Pastor; Alessandro Machado, Pastor; Tiago Rufino, Pastor.

Justificativa

O local citado, tem convivido nos últimos anos, com índices alarmantes de violências de todos os tipos, devido ao número insuficiente de policiais militares ali existentes. O artigo 144 da Constituição Federal e seus incisos IV e V, " a Segurança Pública, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5817/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, ao Excelentíssimo Secretário de Defesa Social, Sr. Angelo Fernandes e ao

Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco, Senhor Cel. Carlos Alberto D?Albuquerque, no sentido de viabilizar o aumento do efetivo de Policiais Militares, no bairro de Coqueiral na Cidade do Recife.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Angelo Fernandes, Secretário de Defesa Social; Cel. Carlos Alberto D?Albuquerque, Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco; Professora Ana Lúcia, Vereadora; William Brigido, Bispo; Paulo Campos, Pastor; Alessandro Machado, Pastor; Tiago Rufino, Pastor.

Justificativa

O local citado, tem convivido nos últimos anos, com índices alarmantes de violências de todos os tipos, devido ao número insuficiente de policiais militares ali existentes. O artigo 144 da Constituição Federal e seus incisos IV e V, " a Segurança Pública, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5818/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, ao Excelentíssimo Secretário de Defesa Social, Sr. Angelo Fernandes e ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco, Senhor Cel. Carlos Alberto D?Albuquerque, no sentido de viabilizar o aumento do efetivo de Policiais Militares, no bairro de Passarinho na Cidade do Recife.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Angelo Fernandes, Secretário de Defesa Social; Carlos Alberto D?Albuquerque, Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco; Guilherme da Silva Castro, Pastor; Professora Ana Lúcia, Vereadora.

Justificativa

O local citado, tem convivido nos últimos anos, com índices alarmantes de violências de todos os tipos, devido ao número insuficiente de policiais militares ali existentes. O artigo 144 da Constituição Federal e seus incisos IV e V, " a Segurança Pública, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5819/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, ao Excelentíssimo Secretário de Defesa Social, Sr. Angelo Fernandes e ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco, Senhor Cel. Carlos Alberto D?Albuquerque, no sentido de viabilizar o aumento do efetivo de Policiais Militares, no bairro do Varadouro na Cidade de Olinda.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Angelo Fernandes, Secretário de Defesa Social; Cel. Carlos Alberto D?Albuquerque, Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco; Professor Lupércio, Prefeito de Olinda; Denise Almeida, Vereadora de Olinda; William Brigido, Bispo; Paulo Campos, Pastor; Alessandro Machado, Pastor; Tiago Rufino, Pastor.

Justificativa

O local citado, tem convivido nos últimos anos, com índices alarmantes de violências de todos os tipos, devido ao número insuficiente de policiais militares ali existentes. O artigo 144 da Constituição Federal e seus incisos IV e V, " a Segurança Pública, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5820/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado de Pernambuco, Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, ao Excelentíssimo Secretário de Defesa Social, Sr. Angelo Fernandes e ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco, Senhor Cel. Carlos Alberto D?Albuquerque, no sentido de viabilizar o aumento do efetivo de Policiais Militares, no bairro de Jardim Atlântico na Cidade de Olinda.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Angelo Fernandes, Secretário de Defesa Social; Cel. Carlos Alberto D?Albuquerque, Comandante Geral da Policia Militar de Pernambuco; Professor Lupércio, Prefeito de Olinda; Denise Almeida, Vereadora de Olinda; William Brigido, Bispo; Paulo Campos, Pastor; Alessandro Machado, Pastor; Tiago Rufino, Pastor; Williams Severo, Pastor.

Justificativa

O local citado, tem convivido nos últimos anos, com índices alarmantes de violências de todos os tipos, devido ao número insuficiente de policiais militares ali existentes. O artigo 144 da Constituição Federal e seus incisos IV e V, " a Segurança Pública, é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5821/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Paulo Câmara, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, Raul Henry, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Sérgio Xavier, e a Excelentíssima Senhora Diretora-Presidente da (CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente), Simone Nascimento de Souza, no sentido de viabilizar a limpeza e desobstrução, do Rio Passarinho, no bairro de Passarinho na Cidade do Recife.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Câmara, Governador do Estado; Raul Henry, Vice-Governador do Estado; Sérgio Xavier, Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade; Simone Nascimento de Souza, Diretora-Presidente da (CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente); Professora Ana Lúcia, Vereadora; Geraldo Julio, Prefeito Do Recife; Bruno Schwambach, Secretário de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife; Roberto Gusmão, Presidente da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb); Guilherme da Silva Castro, Pastor.

Justificativa

A presente reivindicação visa atender a solicitação de moradores referente à limpeza do Rio da localidade, que é de extrema importância para os moradores e comerciantes do local, pois, há muito, estão sendo prejudicados, principalmente em dias de chuva, pois as ruas ficam totalmente alagadas em decorrência do Rio entupido, com a poluição, ocasionando mau cheiro e proliferação de insetos, ratos e o aparecimento de outros animais.
Ante tais considerações, damos como justificado o nosso pleito, na ocasião em que nos dirigimos aos nossos ilustres Pares, acreditando na sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Indicação N° 5822/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo, ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Paulo Henrique Saraiva Câmara; e ao Secretario de Administração de Pernambuco, Sr. Milton Coelho , no sentido que seja implantado um Posto Avançado do Expresso Cidadão no município de Palmares.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Milton Coelho, Secretario de Administração de Pernambuco; Altair Junior, Prefeito do Município de Palmares; Walter Batista Filho, Vereador; Jose Reginaldo de Almeida Melo, Vereador; Andreza Fernanda Ramos de Oliveira, Vereadora; Amos Nerias Pereira, Vereador; Francisco da Silva, Vereador; Fernando Augusto Godoi de Freitas Souza e Silva, Vereador; Karla Millena de Andrade Melo, Vereadora; Josias Pereira de Melo, Vereador; Flavio de França dos Santos, Vereador; Luciano Rodrigues Filho, Vereador; Antonio Almeida da Silva Filho, Vereador; Saulo Cristemes Crispim Acioli, Vereador; Raiane Cosmo Silva de Araujo, Vereadora; Paulo Roberto Gonçalves de Freitas, Vereador; João Antonio da Silva, Vereador.

Justificativa

O Expresso Cidadão, um dos grandes e eficientes programa do Governo do Estado de Pernambuco, procura oferecer à população, de forma simples e rápida, serviços dos mais diversos órgãos públicos e alguns da iniciativa privada. O município de Palmares e regiões vizinhas são carentes de tais serviços, tendo assim necessidade diária para a realização dos mais diversos serviços oferecidos pelo Expresso Cidadão como a emissão de documentos de identidade entre outros.
A alta concentração populacional da região e a instalação das industrias, já justifica a implantação de uma unidade do Expresso Cidadão em Palmares. A falta desses serviços essenciais leva as pessoas a se deslocarem para Caruaru ou para o Recife, o que quase sempre sufoca as unidades destas cidades.
Por tanto, a instalação de uma unidade do Expresso Cidadão proporcionará mais comodidade para a população evitando, assim, os enormes transtornos com a necessidades de deslocamento.

Sala das Reuniões, em 8 de fevereiro de 2017.

Henrique Queiroz
Deputado

Indicação N° 5823/2017

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo, ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Paulo Henrique Saraiva Câmara; e ao Secretario de Administração de Pernambuco, Sr. Milton Coelho , no sentido que seja implantado um Posto Avançado do Expresso Cidadão no município de Carpina.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Milton Coelho, Secretario de Administração de Pernambuco; Manuel Severino da Silva(Botafogo), Prefeito; Antonio Gabriel Honorato Resende, Vereador; Diogo Freitas Araujo do Prado, Vereador; Severino Borges da Silva, Vereador; Cosme Alves da Silva, Vereador; Manoel Luiz Ferreira, Vereador; Clodoaldo Braz da Silva Lima, Vereador; Severino Ferreira de Souza, Vereador; Antonio Carlos Guerra Barreto, Vereador; Guilherme Diogenes Ferreira e Silva, Vereador; Edilson Mauricio Alves, Vereador; Emanuela Rosa Araujo Pinto Lapa, Vereadora; Eliton Lopes de Souza, Vereador; José Roberto Barbosa Cordeiro, Vereador; Pedro Henrique Gomes da Silva, Vereador; Jozias José Marques Pessoa, Vereador; Djalma Cezar Ferreira, Vereador; Maria da Paz da Silva, Vereadora.

Justificativa

O Expresso Cidadão, um dos grandes e eficientes programa do Governo do Estado de Pernambuco, procura oferecer à população, de forma simples e rápida, serviços dos mais diversos órgãos públicos e alguns da iniciativa privada. O município de Carpina e regiões vizinhas são carentes de tais serviços, tendo assim necessidade diária para a realização dos mais diversos serviços oferecidos pelo Expresso Cidadão como a emissão de documentos de identidade entre outros.
A alta concentração populacional da região e a instalação das industrias, já justifica a implantação de uma unidade do Expresso Cidadão em Carpina. A falta desses serviços essenciais leva as pessoas a se deslocarem para Caruaru ou para o Recife, o que quase sempre sufoca as unidades destas cidades.
Por tanto, a instalação de uma unidade do Expresso Cidadão proporcionará mais comodidade para a população evitando, assim, os enormes transtornos com a necessidades de deslocamento.

Sala das Reuniões, em 8 de fevereiro de 2017.

Henrique Queiroz
Deputado

Requerimentos

Requerimento N° 2717/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado **VOTO DE CONGRATULAÇÃO** com a população da Cidade de Xexéu, pela a realização da Festa do Padroeiro, São Sebastião, comemorado no período de 11 a 20 de janeiro de 2017.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Eudo Magalhães, Prefeito de Xexéu; Exmo. Sr. Domingos Leandro da Fonseca Junior, Presidente da Câmara Municipal de Xexéu; Revmo. Padre Moíses Bernado da Silva, Paróco da Igreja Matriz da Cidade.

Justificativa

A tradicional Festa de São Sebastião, é um evento muito esperado pelos munícipes de Xexéu, celebrado no período de 11 a 20 de janeiro de 2017.
Trata-se de tocante manifestação de religiosidade, reunindo fieis, não apenas de Xexéu, mais todas as cidades circunvizinhas. São dez noites de novenas, missas e procissões, reverenciando "São Sebastião" Padroeiro da cidade.
Portanto, nada mais justo, que nesta data tão importante homenagearmos os munícipes, idealizadores e os realizadores de tão importante ato de fé cristão.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Requerimento N° 2718/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado **VOTO DE CONGRATULAÇÃO** com a população da Cidade de Bonito, pela a realização da Festa do Padroeiro, São Sebastião, comemorado no período de 18 a 22 de janeiro de 2017.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Exmo. Sr. Italo Damasceno Cabral de Andrade, Presidente da Câmara de Bonito e demais Vereadores; Exmo. Sr. Gustavo Adolfo Neves de Albuquerque César, Prefeito de Bonito; Monsenhor Miguel José da Silva, Paróco da Martiz de São Sebastião de Bonito.

Justificativa

A tradicional Festa de São Sebastião, é um evento muito esperado pelos munícipes de Bonito, celebrado no período de 18 a 22 de janeiro de 2017.
Trata-se de tocante manifestação de religiosidade, reunindo fieis, não apenas de Bonito, mais todas as cidades circunvizinhas. São cinco noites de novenas, missas e procissões, reverenciando "São Sebastião" Padroeiro da cidade.
Portanto, nada mais justo, que nesta data tão importante homenagearmos os munícipes, idealizadores e os realizadores de tão importante ato de fé cristão.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Clodoaldo Magalhães
Deputado

Requerimento N° 2719/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja remarcada a Sessão Solene prevista anteriormente para realizar-se no dia 9 de novembro de 2016, em comemoração ao centenário do ex-deputado e ex-prefeito Lívio Valença, *in memoriam*, conforme Requerimento nº 2263/2016, para o dia 07 de junho de 2017.

Justificativa

O adiamento da Sessão Solene, que seria realizada no dia 09 de novembro de 2016, em comemoração ao centenário do ex-deputado e ex-prefeito do município de São Bento do Una, Lívio Valença, *in memoriam,* justifica-se em razão da impossibilidade de comparecimento dos familiares na data anteriormente estabelecida.
Assim sendo é que coloco à apreciação e aprovação do presente requerimento, a todos os deputados com assento nesta Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 8 de fevereiro de 2017.

Antônio Moraes
Deputado

Requerimento N° 2720/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizado no Plenário desta Casa Legislativa, um Grande Expediente Especial no dia 23 de março de 2017, para celebrar o Dia do Advogado Previdenciário, comemorado no dia 10 de março.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Ilmo. Sr. Ney Araújo, Advogado.

Justificativa

Grandioso é o trabalho dos advogados previdenciários no Brasil e em especial no nosso Estado de Pernambuco, que através do Instituto dos Advogados Previdenciários- IAPE, vem promovendo e intensificando a união dos operadores do Direito Previdenciário.
Tem sido bastante forte e assídua a atuação dos advogados previdenciários pernambucanos, através da subsecção do IAPE no Estado, como forma de impulsionar e valorizar os profissionais dessa tão importante área do setor jurídico.
Diante da aprovação da Lei nº 15.641/2015, a qual institui a data de 10 de março, aos profissionais que dedicam as suas vidas na defesa intransigente das garantias previdenciárias dos nossos cidadãos, nada mais justo do que esta Casa Legislativa celebrar a consagrada data como forma de valorizar e enaltecer a categoria dos Advogados Previdenciários que atuam sob a jurisdição pernambucana.
Assim sendo, solicita dos ilustres pares aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 8 de fevereiro de 2017.

Antônio Moraes
Deputado

Requerimento N° 2721/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um **Voto de Congratulações,** pelo **Dia Mundial do Rádio,** que transcorrerá no próximo dia 13 de fevereiro de 2017.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Raul Henry, Vice-governador do Estado de Pernambuco; Ennio Benning, Secretário de Imprensa de Pernambuco; Cléo Nicéas, Presidente da ASSERPE; Clarissa Siqueira, Jornalista da Rádio Jornal de Pernambuco; Ciro Bezerra, Jornalista da Rádio Jornal de Pernambuco; Ednaldo Santos, Jornalista da Rádio Jornal de Pernambuco; Ismaela Silva, Jornalista da Rádio Jornal de Pernambuco; Marcelo Araújo, Jornalista da Rádio Jornal de Pernambuco; Paulo Roberto, Jornalista da Rádio Jornal de Pernambuco; Wagner Gomes, Jornalista da Rádio Jornal de Pernambuco; Graça Araújo, Jornalista e Apresentadora da Rádio Jornal de Pernambuco; Geraldo Freire, Jornalista da Rádio Jornal de Pernambuco; Fernando Alvarenga, Jornalista da Rádio Folha de Pernambuco; Márcio Didier, Jornalista da Rádio Folha de Pernambuco; Edvaldo Moraes, Radialista da Rádio Folha de Pernambuco; Mário Neto, Jornalista e Radialista da Rádio CBN Recife; Rádio Olinda, Radialistas; Roberta Jungman, Jornalista do Blog Foco da Folha de Pernambuco; Magno Martins, Jornalista; Henrique Barbosa, Jornalista; Aldo Vilela, Jornalista; Claudia Elói da Hora, Jornalista e Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco; Jamildo Melo, Jornalista; Inaldo Sampaio, Jornalista; Samir Abou Hana, Jornalista e apresentador; Múcio Aguiar Neto, Presidente da Associação da Imprensa de Pernambuco – AIP; Sindicato dos Radialistas de Pernambuco, Diretoria.

Justificativa

O requerimento que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa, tem como objetivo nos congratularmos com as emissoras localizadas no nosso estado, pelo "Dia Mundial do Rádio".
Em Pernambuco são várias emissoras, que vêm realizando um trabalho belíssimo, cada qual em sua área especifica, noticiando, informando e promovendo programas musicais, de entretenimento, integração e utilidade pública, com isso ganhando ouvintes que são fiéis ao rádio, desde a época mais distante, quando escutá-lo ..... além de tudo um prazer.
Celebrado anualmente no dia 13 de fevereiro, proclamado pela Assembleia Geral da UNESCO em 2011, e tem como tema para a edição do Dia Mundial do Rádio de 2017, "o rádio é você!", como um chamado por maior participação das audiências e comunidades nas políticas e planejamento da radiofusão. Mais do que uma simples interação ao vivo, a participação pública inclui mecanismos como políticas de engajamento da audiência, editores públicos, fóruns de ouvintes e procedimentos para a resolução de queixas.
O rádio une as comunidades e promove um maior engajamento da sociedade construindo um diálogo positivo pela mudança. Ele tem o poder de tirar as pessoas de suas bolhas midiáticas, com a mesma opinião e faz relembrar a importância de ouvir uns aos outros novamente.
Como parlamentar e como cidadão, não poderia deixar de prestar esta homenagem, celebrando o Dia Mundial do Rádio no Estado de Pernambuco, onde contamos com várias emissoras de prestígio que hão de cumprir seu papel junto aos ouvintes e a sociedade.
Ante o exposto, é que nos dirigimos aos nossos ilustres pares na Casa Joaquim Nabuco, para solicitar a melhor das acolhidas, no sentido de sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 8 de fevereiro de 2017.

Ricardo Costa
Deputado

Requerimento N° 2722/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Aplauso ao médico e professor pernambucano Hildo Azevedo, pelos relevantes serviços prestados em prol da medicina.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dr. Hildo Azevedo, Médico e professor; Dr. José Iran, Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco; Prof. Pedro Henrique de Barros Falcão, Reitor da UPE; Dra. Dione Tavares Maciel, Diretora da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco; Dr. André Soares Dubeux, Presidente do CREMEPE; Dr. Miguel Arcanjo, Diretor do Hospital da Restauração; Dr. Eustácio Vieira, Presidente do Hospital Santa Joana; Dra. Márcia Azevedo, Médica.

Justificativa

O requerimento que ora encaminho a esta Casa Legislativa tem por finalidade registrar os relevantes serviços prestados em prol da medicina pelo médico e professor pernambucano Hildo Azevedo.
Dr. Hildo Azevedo possui uma extensa folha de serviços prestada ao Estado de Pernambuco. É graduado em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui Mestrado em Master of Science - University of Oxford e Doutorado em Medicina pela UFPE. É Professor Titular de Neurocirurgia da Universidade de Pernambuco (UPE) e Professor Associado em Neurologia e Neurocirurgia da UFPE. O médico é chefe do Setor de Neurocirurgia do Complexo Hospitalar Santa Joana.
É, ainda, coordenador do Programa de Residência Médica em Neurocirurgia do Hospital da Restauração, onde atua, também, como Chefe do Serviço de Neurocirurgia. Idealizou o projeto que cria a Unidade de Suporte Avançado em Neurocirurgia, que tem por finalidade desafogar as grandes filas de espera por este tipo de cirurgia eletiva, naquela unidade de saúde.
Em 2013, foi escolhido para ocupar a vice-presidência da Federação Mundial de Sociedades de Neurocirurgia. Recentemente, foi agraciado com um prêmio internacional, conferido pela Federação Latino-Americana de Sociedades de Neurocirurgia (FLANC).
Dr. Hildo foi o primeiro latino-americano a ocupar a Secretaria Geral da Federação Mundial de Sociedades de Neurocirurgia. É, também, membro da American Academy of Neurological Surgery, nos Estados Unidos, instituição considerada uma das mais renomadas daquele país e uma das mais importantes do mundo.
Portanto, é oportuno que esta Casa Legislativa preste justa homenagem ao atuante e abnegado médico, cuja trajetória profissional é motivo de orgulho para a classe médica pernambucana e dos nossos calorosos aplausos.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 8 de fevereiro de 2017.

Tony Gel
Deputado

Requerimento N° 2723/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa um **Voto de Congratulação pelo Dia do Frevo em Pernambuco**, comemorado anualmente no dia 09 de fevereiro.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Câmara, Governador do Estado; Raul Henry, Vice-Governador de Pernambuco; Dom Fernando Saburido, Assebispo de Olinda e Recife; Geraldo Júlio, Prefeito da Cidade do Recife; Gilberto Gonçalves Feitosa Junior, Prefeito do Município de Paulista; Lupércio Carlos do Nascimento, Prefeito de Olinda, Palácio dos Governadores; Márcio Antony Domingos Botelho, Vice-Prefeito do município de Olinda; Ana Célia Cabral De Farias, Prefeita do Município de Surubim; Anderson Ferreira, Prefeito do Município de Jaboatão dos Guararapes; Antonio Everton Soares Costa, Prefeito do Município de Trindade; Manoel Marcos Alves Ferreira, Prefeito do Município de Pombos; Demóstenes Meira, Prefeito do Município de Camaragibe; Osvaldo Rabelo Filho, Prefeito do Município de Goiana; Jorge Salustiano, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Olinda; Algério Antônio da Silva, Severino Barbosa de Souza, Severino Barbosa de Souza, Denise Almeida, Edmilson Fernandes, Graça Fonseca, Jesuíno Araújo, João Joaquim de Melo Neto, Marcelo Soares, Alexandre de Lima Freitas, Márcio Barbosa, Mizael Prestanista, Neto da Beira Rio, Professor Marcelo, Ricardo Sousa, Saulo Holanda, Vlademir Labanca, Vereadores do município de Olinda; Josias Albuquerque,, Presidente da FECOMÉRCIO/PE,; Jornalista Jô Mazzarolo, Diretora de Jornalismo da TV Globo; Eduardo Melo Catão, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL; Antônio Barbosa, Conselheiro do Sesi/PE; Geraldo Freire,, Radialista; Mário Neto, Radialista da Rádio CBN; João Alberto, Cronista Social; Ricardo Dantas Barreto, Jornalistas; Márcio Didier, Jornalista; Roberta Jungmann, Cronista Social; Magno Martins, Jornalista; Fabiana "a Pimentinha do Nordeste", Cantora; Banda Seu Rosa, Cantores; André Rio, Cantor; Arnaldo do Côco, Cantor; Maracatu Nação Pernambuco, Grupo Artístico; Sociedade dos Forrozeiros Pé de Serra, Cantores; Marim dos Caetés, Cantores; Bloco As Saboeiras na Folia, Grupo Artístico; Família Salustiano e Rabeca Encantada, Grupo Artístico; Belas Marias, Grupo Artístico; Grupo Bongar, Grupo Artístico; Adelmo dos Passos, Grupo Artístico; Luciano Padilha, Grupo Artístico; Maestro Duda e sua Orquestra, Grupo Artístico; TCM Confraria dos Amigos, Grupo Artístico; TCM Bacalhau do Beco, Grupo Artístico; Batuque Usina, Grupo Artístico; Boi Manhoso, Grupo Artístico; Centro Cultural Farol da Vila, Grupo Artístico; Maracatu Carnavalesco Leão Coroado, Grupo Artístico; Urso Branco do Zé, Grupo Artístico; TCM Tarados da Sé, Grupo Artístico; Toni Garrido, Grupo Artístico; Banda Dessinée, Grupo Artístico; Getúlio Cavalcanti, Cantor; Ferrugem, Cantor; Romero Pernambucano, Cantor; Banda Som Brasileiro, Grupo Artístico; Boi de Mainha, Grupo Artístico; Orquestra Embarca Som, Grupo Artístico; Luciano Magno, Cantor; Aderval Barros, Diretor Geral da Rádio Olinda/PE; Alceu Valença, Cantor; Novinho da Paraíba, Cantor; Jorge de Altinho, Cantor; Cristina Amaral, Cantora; Associação das Orquestras de Frevo de Olinda, Grupo Artítico; Ana Miranda, Diretora da Escola Municipal de Frevo Maestro Fernando Borges; Claudionor Germano, Cantor; Claudionor Germano Filho, Cantor; Almir Rouche, Cantor; Alceu Valença, Cantor; Gestor do Paço do Frevo, Grupo Artístico; Rômulo Pimentel Filho, Cantor e Compositor; Breno Lins de Aguiar, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Olinda; Odin Felipe das Neves Silva, Presidente da Subseccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Olinda.

Justificativa

Nós pernambucanos, comemoramos anualmente no dia 09 de fevereiro, o **Dia do Frevo**. Declarado pela UNESCO como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. O frevo faz parte da cultura brasileira e é marco do carnaval pernambucano, especialmente em Olinda e Recife. É impossível ir a um carnaval em Pernambuco e não se apaixonar pelo ritmo.
Segundo historiadores, a palavra frevo quer dizer ferver. E resultou da maneira incorreta como as pessoas mais humildes flexionavam o verbo ferver trocando a ordem das letras "e" e "r", ou seja, "frever". O ritmo é derivado da marcha e do maxixe, e surgiu no Recife no final do século 19 para dar ao povo mais animação nos folguedos de carnaval. O ritmo é extremamente acelerado e a música animada. Nas suas origens, sofreu várias influências ao longo do tempo.
Tem como símbolos, a sombrinha, que no começo, era usada para proteger do sol e até como arma, em caso de conflito, mas com o passar do tempo, foi ficando menor e mais colorida e se tornando uma tradição e símbolo do frevo. Tem também os estandartes, que é a bandeira, com um emblema, que vai à frente dos cortejos, caracterizam a agremiação, identifica aquele grupo que vai passando. A tradição vem da época das Cruzadas, na Idade Média, quando as missões com fins militares e religiosos ostentavam bandeiras com símbolos alegóricos como cruzes e brasões.
O ritmo é motivo de orgulho para todos os pernambucanos. A dança conta com muitos passos catalogados e sua tradição se renova a cada carnaval.
Por assim ser, é que vimos pleitear dos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa, para que dispensem ao requerimento em pauta, a melhor das acolhidas, no intuito de sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 8 de fevereiro de 2017.

Ricardo Costa
Deputado

Requerimento N° 2724/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado no dia de hoje um VOTO DE APLAUSO a estudante Bruna Sena, pelo 1ª lugar em medicina da USP de Ribeirão Preto, carreira mais concorrida da Fuvest-2017, e pela comemoração e recado de sua conquista: "A casa-grande surta quando a senzala vira médica".
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Bruna Sena, 1ª lugar em medicina da USP de Ribeirão Preto; Prof. Dr. Américo Ceiki Sakamoto, Prefeito do Campus da USP de Ribeirão Preto; Prof.ª Dr.ª Cláudia Souza Passador, Vice-prefeita do Campus da USP de Ribeirão Preto; Alersson Teixeira, Coordenador do FOJUNE; José de Oliveira, Coordenação do MNU; Davi Lira, UESPE; Dra. Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa, Promotora de Justiça – MPPE; Marta Almeida, Movimento Negro Unificado; Professora Ana Lúcia, Vereadora do Recife; Denise Almeida, Vereadora de Olinda; Joselito Nunes, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Jaboatão dos Guararapes; Alex de Jesus, Vereador de Petrolina; William Brigido, Bispo; Paulo Campos, Pastor; Tiago Rufino, Pastor.

Justificativa

É com uma frase provocativa estampada em uma rede social que Bruna Sena, 17, 1ª colocada em medicina da USP de Ribeirão Preto, carreira mais concorrida da Fuvest-2017, comemora e passa um recado de sua conquista: "A casa-grande surta quando a senzala vira médica". Negra, pobre, tímida, estudante de escola pública, criada apenas pela mãe, que ganha R$ 1.400 como operadora de caixa de supermercado, Bruna será a primeira da família a interromper o ciclo de ausência de formação superior em suas gerações. A opção pela medicina aconteceu há cerca de um ano, por influência de professores do cursinho popular que frequentou. "Claro que não sei ainda qual especialidade pretendo seguir, mas sei que quero atender pessoas de baixa renda, que precisam de ajuda, de saúde de qualidade".

Sala das Reuniões, em 7 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Requerimento N° 2725/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado no dia de hoje um VOTO DE APLAUSO a Desembargadora Dra. Luislinda Dias de Valois Santos, pela sua nomeação como nova Ministra dos Direitos Humanos.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dra. Luislinda Dias de Valois Santos, Ministra dos Direitos Humanos; Dra. Maria Bernadete Martins de Azevedo Figueiroa, Promotora de Justiça – MPPE; Alersson Teixeira, Coordenador do FOJUNE; José de Oliveira, Coordenação do MNU; Davi Lira, UESPE; Roberto Franca Filho, Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude; Professora Ana Lúcia, Vereadora do Recife; Denise Almeida, Vereadora de Olinda; Joselito Nunes, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania de Jaboatão dos Guararapes; Alex de Jesus, Vereador de Petrolina; William Brigido, Bispo; Paulo Campos, Pastor; Tiago Rufino, Pastor.

Justificativa

Nesta sexta-feira (03/01), tomou posse à desembargadora aposentada Luislinda Valois como nova ministra dos Direitos Humanos. Antes de assumir a pasta, ela ocupava a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Justiça.

A primeira juíza negra brasileira, primeira a proferir uma sentença de racismo no Brasil e a primeira Desembargadora negra do Brasil.

Luislinda Dias de Valois Santos nasceu em Salvador, na Bahia, em 1942. Filha de uma lavadeira, de um motorneiro de bonde, e neta de um escravizado, teve uma infância pobre. Com a morte precoce de sua mãe, ajudou a cuidar dos irmãos e, por isso, formou-se em Direito na Universidade Católica de Salvador aos 39 anos de idade.

Tornou-se juíza em 1984, e nunca dispensou o uso de colares de candomblé em suas audiências. Foi autora da primeira sentença de condenação por racismo no país, em 1993. Criou, em 2003, o projeto "Balcão de Justiça e Cidadania", para resolução de conflitos em áreas pobres de Salvador.

Em 2009, publicou, pela editora Juruá, o livro O negro no século XXI. Em 2011, foi promovida, por antiguidade, a desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), aposentando-se alguns meses depois. No mesmo ano foi premiada com a Camélia da Liberdade, em reconhecimento a personalidades que promovem ações de inclusão social de afrodescendentes.

Em 2012, tomou posse na Academia de Letras José de Alencar, em Curitiba, no Paraná, ocupando a Cadeira nº 6. Além disso, no mesmo ano, recebeu o título de embaixadora da paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

Além disso, recebeu o título de embaixadora da paz da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2012. Portanto, percebemos a importância de solicitar merecidamente este Voto de Aplauso.

Sala das Reuniões, em 6 de fevereiro de 2017.

Bispo Ossésio Silva
Deputado

Requerimento N° 2726/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja realizada no dia 06 de abril, Sessão Solene no Teatro Nova Jerusalém, no município do Brejo da Madre de Deus para comemorar os 50 anos da construção da cidade-teatro.

Justificativa

Em 06 de março de 2009, o então governador de Pernambuco, Eduardo Campos assinou a Lei nº 13.726, sancionando o título de Patrimônio Cultural Material e Imaterial de Pernambuco para o teatro de Nova Jerusalém.

O espetáculo da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, na verdade, teve sua origem nas encenações do Drama do Calvário, realizadas nas ruas da vila de Fazenda Nova, Pernambuco, no período de 1951 a 1962, graças à iniciativa do patriarca da família Mendonça, o comerciante e líder político local Epaminondas Mendonça. Depois de ter lido em uma revista de variedades como os habitantes da cidade de Oberammergau, na Baviera alemã, encenavam a Paixão de Cristo, Mendonça teve a idéia de realizar um evento semelhante durante a Semana Santa a fim de atrair turistas e, assim, movimentar o comércio do lugar. Os primeiros espetáculos da pequena vila contavam com a participação apenas de familiares e amigos dos Mendonça. Com o passar dos anos, as encenações começaram a atrair atores e técnicos de teatro do Recife e a Paixão começou a ganhar fama e notoriedade em todo o estado. Fazenda Nova, vila do município do Brejo da Madre de Deus, onde aconteceram essas primeiras encenações, fica bem próxima ao local onde hoje se situa a cidade teatro de Nova Jerusalém.

A idéia de construir um teatro que fosse como que uma pequena réplica da cidade de Jerusalém para que nela ocorressem as encenações da Paixão foi de Plínio Pacheco que chegou a Fazenda Nova em 1956. Mas o plano só veio a se concretizar em 1967, quando foi realizado o primeiro espetáculo na cidade teatro de Nova Jerusalém. Desde então, já são 45 anos de apresentações ininterruptas dentro das muralhas, atraindo espectadores de todo o Brasil e do mundo. O maior teatro ao ar livre do mundo é uma cidade teatro com 100 mil metros quadrados, o que equivale a um terço da área murada da Jerusalém original, onde Jesus viveu seus últimos dias. É cercada por uma muralha de pedras de quatro metros de altura e com 70 torres de sete metros cada uma. No seu interior, nove palcos-platéias reproduzem cenários naturais, arruados e palácios além do Templo de Jerusalém, constituindo obras monumentais, concebidas por vários arquitetos e cenógrafos nordestinos e pelo gênio do seu fundador Plínio Pacheco

Levando-se em consideração a relevância para Pernambuco,o conjunto arquitetônico e o espetáculo da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, a realização de uma sessão solene onde naquele espaço, será um marco para Pernambuco e em especial para o povo do municío de Brejo da Madre de Deus e adjacências.

Ante o exposto, solicito dos e das ilustres Pares, a aprovação para este requerimento.

Sala das Reuniões, em 2 de fevereiro de 2017.

Laura Gomes
Deputado

Diogo Moraes, Tony Gel.

Requerimento N° 2727/2017

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja realizada uma Reunião Solene no dia 21 de março do ano corrente, para homenagear os 40 anos de fundação da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco; Sérgio Xavier, Secretário de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco; Simone Nascimento de Souza, Diretora Presidente da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH); Eduardo Elvino Sales de Lima, Diretor de Controle de Fontes Poluidoras da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH); Nelson José Maricevich, Diretor de Gestão Territorial e Recursos Hídricos da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).; Paulo Henrique Camaroti, Diretor Técnico Ambiental da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH); Tiago da Silva Brito, Diretor de Recursos Florestais e Biodiversidade da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH); Luciano Domingues, Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicação da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH); Francicleide Palhano de Oliveira, Coordenadora do Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH); Renata Farias, Coordenadora Jurídica da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH); Ducilene da Conceição Araújo da Silva, Coordenadora de Gestão da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH); Emerson Andrade da Silva, Coordenador Técnico da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH); Danusa Kelly Calado Ferraz Cruz, Coordenadora do Núcleo de Avaliação de Impacto Ambiental da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

Justificativa

Com 40 anos de atividades, a Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH – é uma autarquia especial estadual, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. É responsável pela execução da política estadual de meio ambiente.

Tem por finalidade, assim, promover a melhoria e garantir a qualidade do meio ambiente no Estado de Pernambuco, visando ao desenvolvimento sustentável mediante a racionalização do uso dos recursos ambientais, da preservação e recuperação do meio ambiente e do controle da poluição e da degradação ambiental.

Age, portanto, no controle de fontes poluidoras, na proteção e conservação dos recursos naturais, na educação ambiental como ferramenta para a gestão ambiental, bem como no desenvolvimento de pesquisas voltadas para a melhoria da qualidade ambiental. Só essa breve explicação já comprova a sua importância. Uma importância crescente, assim como deve ser tudo o que envolve a nossa fauna, a nossa flora e o ar que respiramos.

Vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), a CPRH integra a Administração Descentralizada do Governo de Pernambuco, exercendo atividades públicas diretamente da competência do Poder Executivo.

A Agência é detentora de poder de polícia administrativa, atuando através da gestão dos recursos ambientais e sobre as atividades e os empreendimentos utilizadores dos recursos naturais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou que possam causar, sob qualquer forma, degradação ambiental.

Questões como o licenciamento ambiental, importante instrumento da gestão pública para conciliar o desenvolvimento econômico com o uso dos recursos naturais, e o monitoramento das bacias hidrográficas de Pernambuco e também de nossas praias, estão também no amplo leque de atribuições da CPRH. E todas as análises das coletas de água são realizadas pelo próprio Laboratório da CPRH, na sede da Agência, em Casa Forte. As classificações da balneabilidade das praias são divulgadas semanalmente através do portal da instituição.

Em 2011, com a Lei Complementar n.º 140, a CPRH assumiu também a atribuição de cuidar da gestão da fauna silvestre, passando então a organizar o Centro de Triagem de Animais Silvestres de Pernambuco, o CETAS TANGARA. Ele foi inaugurado oficialmente em dezembro do ano passado, pelo governador Paulo Câmara, mas já vem funcionando desde o final de 2015. Na ocasião, em seu discurso, o governador destacou a importância do órgão: "A CPRH é uma referência em política de sustentabilidade", disse ele.

O CETAS TANGARA é apenas mais um braço a realçar o papel desempenhado pela Agência. Ali, numa área de 2,6 hectares no bairro de Guabiraba, Recife/PE, vem sendo realizado um significativo trabalho de reabilitação de animais silvestres. São animais de espécies diversas, em que muitos são vítimas do tráfico animal, apreendidos em operações de fiscalização e combate a este mal que ameaça nossa fauna.

No CETAS, um Centro dotado de 14 recintos, clínica veterinária e um setor de nutrição, esses animais são protegidos e passam por um período de recuperação e readaptação à vida silvestre, antes de serem devolvidos à natureza, ao seu habitat natural. Em 2016, mais de seis mil animais, entre mamíferos, répteis e aves, receberam os cuidados do CETAS da CPRH.

Outros recentes avanços, contabilizados pela atual gestão da CPRH, são a instalação de uma base da Agência no distrito estadual de Fernando de Noronha, numa parceria com a administração do arquipélago, o que torna constante a presença dos agentes ambientais na ilha; o CARBOCOUNT RECIFE, parceria com o Laboratório francês LSCE, vinculado à Universidade de Versalhes, para monitoramento das emissões de gases de efeito estufa em pontos da Região Metropolitana; e o SIG CABURÉ, que é o Sistema de Informações Geoambientais de Pernambuco, importante instrumento de subsídio à tomada de decisões técnicas do órgão.

Além de ter um perfil colaborativo, o SIG CABURÉ facilita inclusive as demandas de empreendedores, pesquisadores e da população em geral, já que, por ser uma ferramenta tecnológica, disponível na WEB, agiliza os processos, reduz a burocracia e garante transparência.

A CPRH integra também órgãos e conselhos ambientais de níveis nacionais e internacionais, por composição legal definida ou por conquista política. Em ambos os casos, a Agência contribui para a elaboração de políticas públicas e de projetos de gestão de meio ambiente com base na responsabilidade ambiental.

Para conhecer a história da CPRH, é preciso voltar a 1946, quando foi criada em Pernambuco a Comissão Permanente de Proteção dos Cursos D'Água (CPPCA), que se transformou, 20 anos depois, na Comissão Estadual de Controle da Poluição Ambiental (CECPA).

Como, já naquela época, crescessem na população os valores ambientais e, por consequência, as exigências pelo controle dos resíduos da indústria, em especial da sucroalcooleira, o Estado autorizou, em 1976, a extinção da CECPA e a criação da Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e de Administração de Recursos Hídricos (CPRH).

Na verdade, Pernambuco seguia uma tendência nacional, constituindo uma sociedade anônima de economia mista, a exemplo do que acontecia com bons resultados em São Paulo com a criação da Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle de Poluição das Águas (CETESB), em 1973, e no Rio de Janeiro, com a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), em 1975.

Nascia, então, a CPRH, vinculada na época à Secretaria do Saneamento, Habitação e Obras de Pernambuco. À Companhia cabiam: o controle de qualidade do meio ambiente - ar, água e solo; o exercício das funções de pesquisas relacionadas ao meio ambiente; o treinamento de pessoal; a administração e o desenvolvimento dos recursos hídricos no estado; o licenciamento para instalação, construção, operação e funcionamento de equipamentos para controle das fontes de poluição; e a aprovação de projetos e obras com utilização de recursos hídricos.

Em 1997, o órgão passa a se chamar Companhia Pernambucana do Meio Ambiente, mantendo a sigla CPRH, já consolidada. Duas outras mudanças de nome ainda viriam: em 2003, por força de lei complementar, a Companhia foi transformada em Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado - SECTMA; e em dezembro de 2009, a lei nº 13.968 modifica a denominação e a competência do órgão para Agência Estadual de Meio Ambiente, transferindo a execução das políticas estaduais de recursos hídricos para a Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos. A responsabilidade da Agência pelo licenciamento e fiscalização de atividades relacionadas à preservação das riquezas hidrográficas do estado, no entanto, fica mantida.

Com a criação, em 2011, da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, desvinculada da Secretaria de Ciência e Tecnologia, a CPRH passa a integrar a nova pasta, que compreende ainda o Parque de Dois Irmãos.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste Requerimento.

Sala das Reuniões, em 8 de fevereiro de 2017.

Zé Maurício
Deputado

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA EM 8 DE FEVEREIRO DE 2017.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, a Comissão de Saúde e Assistência Social, reuniu-se às onze horas e trinta minutos, no Plenarinho II, localizado no anexo VI ao Palácio Joaquim Nabuco, nos termos regimentais e sob a presidência do Odacy Amorim, de acordo com o artigo 117, § 2º, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. Presentes e compondo a Comissão os Deputados (as) Odacy Amorim, Roberta Arraes e Simone Santana como membros titulares e os Deputados Bispo Ossésio Silva e Edilson Silva como membros suplentes. Esteve presente também o Deputado Augusto César. O Deputado Odacy Amorim facultou a palavra, quando o Deputado Isaltino Nascimento, desejou sucesso em nome da bancada do governo e o Deputado Sílvio Costa Filho, desejou bom desempenho em nome da bancada da oposição. Usaram a palavra ainda a Deputada Simone Santana e o Deputado Bispo Ossésio Silva, que anunciaram estarem disponíveis para contribuir com os trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão. Em seguida o Deputado Edilson Silva fez uso da palavra, ressaltando que no ano passado houve uma audiência pública para discutir a situação lamentável em que se encontra a saúde pública, sobretudo nos grandes hospitais e na falta de medicamentos na farmácia do Estado. Em seguida houve a indicação da Deputada Roberta Arraes para Presidente e o Deputado Odacy Amorim para vice-presidente, os quais foram eleitos por unanimidade. Em seguida o Deputado Odacy Amorim passou a presidência da reunião para a presidente eleita, que agradeceu a presença de todos e o apoio a ela dispensado. A Deputada Roberta Arraes, presidente da Comissão a partir desta data, informou que houve avanços na melhoria do atendimento à saúde no Estado, sobretudo no Sertão do Araripe, onde ela acompanha mais de perto. Anunciou ainda que pretende dar uma dinâmica à Comissão, interagindo com as principais instituições que atuam na saúde e na assistência social no Estado de Pernambuco, com o objetivo de contribuir com a melhoria contínua desses serviços prestados à população em benefício da sociedade pernambucana. Informou ainda que as reuniões ordinárias serão realizadas, sempre que houver demanda como, por exemplo, projetos de lei para serem distribuídos para relatores ou para serem analisados e votados, audiências públicas e outras demandas relacionadas as atividades da Comissão.

Sala de reuniões do plenarinho II, em 08 de fevereiro de 2017.

Deputada Roberta Arraes
Presidente

Deputado Odacy Amorim
Vice-Presidente

Titular
Deputada Simone Santana

Suplentes
Deputado Bispo Ossésio Silva
Deputado Edilson Silva

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS, REALIZADA EM 8 DE FEVEREIRO DE 2017.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezessete, às doze horas, no Plenarinho II do anexo VI da Assembleia Legislativa de Pernambuco – nos termos regimentais e sob a Presidência do deputado Joaquim Lira, conforme o artigo 117 do Regimento Interno deste Poder reuniram-se os deputados: Beto Accioly, Bispo Ossésio Silva, João Eudes, Odacy Amorim e Silvio Costa Filho. Havendo quórum regimental, o deputado Joaquim Lira deu por iniciada a reunião, deu boas-vindas aos membros do colegiado e fez um retrospecto da sua gestão à frente desta Comissão no biênio 2015-2016 passando às mãos dos presentes cópia do relatório anual de atividades desenvolvidas pelo colegiado neste período e anunciou a seguir os nomes dos deputados Bispo Ossésio Silva e Beto Accioly, para presidente e vice-presidente do colegiado no próximo biênio, que foram indicados consensualmente em acordo das bancadas das lideranças de governo, oposição e partidos, submetendo-os a apreciação dos deputados presentes, que tomando a palavra cedida pelo presidente, manifestaram o apoio unânime aos nomes indicados para Presidente e Vice-presidente, desejando uma gestão exitosa e parabenizaram a atuação do ex-presidente deputado Joaquim Lira, a frente deste colegiado, sugerindo na oportunidade algumas ações e temas que serão avaliados pelo presidente eleito na elaboração do planejamento estratégico de ação para o próximo biênio. Em seguida, foi realizada a eleição, sendo eleito por unanimidade dos presentes, o Deputado Bispo Ossésio como presidente, e o deputado Beto Accioly como Vice-presidente. Em sequência, o Deputado Joaquim Lira passou a presidência da reunião para o presidente eleito que usou da palavra agradecendo a presença de todos e a confiança nele depositada e elogiando a atuação do ex-presidente deputado Joaquim Lira que deu uma dinâmica nova e consistente as atividades da Comissão. Ele ressaltou a importância da Comissão de Assuntos Internacionais no contexto consular em Pernambuco, bem como sua vocação voltada ao incentivo do incremento de investimento estrangeiro e conquista de espaço para Pernambuco no exterior, em diversas áreas, dentre outras questões. Nada mais havendo a tratar, o presidente eleito encerrou a reunião. E, para que tudo fique registrado, eu, Kátia Helena Vasconcelos Cavalcante, assessora desta Comissão, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

DEPUTADO BISPO OSSÉSIO SILVA
Presidente

Deputado Beto Accioly - Vice-Presidente

Deputado João Eudes
Deputado Odacy Amorim
Deputado Joaquim Lira
Deputado Silvio Costa Filho

Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DE LAURA GOMES
NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
EM 8 DE fevereiro DE 2017.

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS DEPUTADAS,
SENHORES DEPUTADOS,
AMIGOS E AMIGAS AQUI PRESENTES.

É com alegria e orgulho que volto ao mandato nesta Casa Legislativa. Alegria em retornar à minha vocação dos tempos de estudante, de defender as causas do povo e de lutar por um Brasil mais humano e mais justo. Orgulho em voltar a esta Assembleia com o voto de 147 municípios pernambucanos, em especial Caruaru, hoje uma cidade líder no Agreste.

Meu compromisso é com Pernambuco, como um todo, e com Caruaru, em particular. Mas a linha é a mesma: promover a qualidade de vida da população que espera dos políticos trabalho e comportamento ético. E a ética não é só a honestidade, mas, sobretudo, colocar as necessidades do povo acima de qualquer interesse, como orientou o nosso referencial histórico, Miguel Arraes de Alencar.

Sei que posso confiar em Paulo Câmara, um quadro qualificado e da confiança de Eduardo Campos, que se mostra capacitado a governar Pernambuco mesmo em meio à recessão econômica que se abate sobre o Brasil. Estamos encarando problemas, é importante reconhecer, mas é preciso considerar que estamos em situação relativa melhor que muitas unidades da Federação, algumas bem mais ricas que o nosso estado.

A minha agenda é buscar obras e serviços para o povo pernambucano a partir da ligação direta com o Governo Estadual. Não descansarei um só minuto. Travarei todas as lutas, nas secretarias, autarquias e órgãos oficiais. A meta é fazer que os 24 meses como

deputada, valham por um mandato de quatro anos, a fim de honrar os votos e as esperanças depositadas em mim pelos eleitores. Para isso me ocupei todos os dias do recesso de janeiro em acompanhar obras, como a iluminação da Br-104, no trecho urbano de Caruaru; a implantação da Escola Técnica Estadual e a construção da adutora do Pirangi, destinada ao abastecimento d'água emergencial para o Agreste, num quadro lamentável, marcado pela pior seca dos últimos 50 anos.

A propósito dessa estiagem, entendo que ela nos serve de alerta para a preservação da natureza. Pretendo dedicar parcela destacada do meu mandato para apoiar as iniciativas de sustentabilidade ambiental e enfrentar todas as formas de degradação do meio ambiente. E quero fazer isso de modo pedagógico e participativo, motivando as pessoas a assumirem essa bandeira, que ultrapassa os partidos e os grupos, e se constitui numa causa da humanidade.

Penso, ainda, que, na condição de representante feminina do Agreste nesta Casa, me cabe ser porta-voz das reivindicações de segurança das pernambucanas e caruaruenses, ainda submetidas a abusos, e violência, muita violência, com ataques brutais praticados por companheiros, parentes próximos, vizinhos e até amigos. Nessa direção é que fiz contato oficial com a Secretaria de Defesa Social pedindo o restabelecimento dos plantões de fim de semana das delegacias da mulher, em Caruaru e em todo Pernambuco.

A questão de gênero é hoje uma fronteira entre eras primitivas e a civilização. Não cremos num Brasil à altura do que pode ser como país, sem que se elimine a opressão e a discriminação contra a mulher. O sucesso no combate a estas desigualdades injustificáveis dará a medida do quanto evoluímos, do quanto avançamos na humanização da nossa sociedade.

Para todas as batalhas a enfrentar sei das minhas limitações. Sei também que posso contar com o apoio dos senhores e senhoras parlamentares estaduais, além da nossa gente de boa vontade. Esta expectativa me anima e renova a esperança.

Saúdo todos e todas deputadas e deputados, companheiros e companheiras de jornada, todos imbuídos em fazer o melhor. Saúdo o

ilustre presidente Guilherme Uchoa, de tão valiosos serviços prestados a Pernambuco. Saúdo minha equipe de assessores, suporte decisivo para

qualificar o meu trabalho. Saúdo minha família, e meu esposo Jorge Gomes, companheiro amoroso e orientador de todas as horas. Saúdo, por fim, e não por último, a força do desejo e a utopia. São os sonhos que afastam o medo do futuro e nos preparam para construir uma vida digna

para todos nós. Com alegria e muito orgulho do que somos. E na certeza que seremos mais. Muito mais.

Obrigada.

PRONUNCIAMENTO DE SOCORRO PIMENTEL
NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
EM 7 DE fevereiro DE 2017.

Excelentíssimo senhor presidente,
Nobres colegas deputadas e deputados,
Senhoras e senhores,

Nesta casa, dispomos de diversos instrumentos para o bom exercício do mandato parlamentar: Audiências Públicas, Frentes Parlamentares e trabalhos nas Comissões Permanentes, temporárias e especiais.

No entanto, um dos principais meios para um profícuo mandato são as emendas parlamentares ao projeto de Lei Orçamentária Anual.

Com tais emendas, podemos direcionar recursos públicos para projetos, obras ou serviços em áreas como saúde e educação, dando uma importante resposta às demandas da sociedade e dos municípios de Pernambuco.

No ano passado, o valor consignado no orçamento para cada deputado estadual foi de 1 milhão e 430 mil reais.

Esses valores integram o denominado "Orçamento Impositivo", que é de execução obrigatória pelo Poder Executivo.

Trata-se de um instrumento criado para ser imune a jogos políticos ou favorecimentos pessoais, na medida em que o recurso deve ser disponibilizado independentemente da coloração partidária do solicitante.

Afinal, os valores são destinados para atender a própria população, cumpridos os requisitos previstos nas constituições federal e estadual, e nos demais instrumentos legais.

Ocorre que este nobre instrumento vem sendo desvirtuado ao longo do tempo.

O descompromisso é tanto que, segundo dados oficiais do estado, nenhum dos 49 deputados estaduais, seja do governo ou da oposição, teve 100% de suas emendas executadas.

Muitas vezes, a liberação dos recursos tem dependido da maior ou menor aproximação do parlamentar com o Palácio

Com isso, a oposição vem sendo penalizada, na medida em que as emendas empenhadas, liquidadas e efetivamente pagas têm sido muito abaixo do previsto legalmente.

Isso representa uma afronta à altivez e à independência do Poder Legislativo, além de uma ofensa aos preceitos constitucionais do orçamento impositivo.

Assim, conclamo os líderes nesta casa a formalizarem um apelo ao Poder Executivo, para que este determine o pagamento integral das emendas parlamentares desta legislatura, independentemente de partido político ou viés ideológico.

Junto a esse apelo, estou dando entrada numa Frente Parlamentar suprapartidária com a finalidade de acompanhar o trâmite e promover a liberação das emendas junto ao Executivo.

Trata-se de uma medida de respeito a este Poder Legislativo, às bases eleitorais, aos projetos que consideramos relevantes e, principalmente, à população pernambucana.

Conto com o apoio de vossas excelências nessa matéria.

Portarias

PORTARIA N.º 12/17

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 017/2017, da Deputada **Terezinha Nunes**,

RESOLVE: alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2017, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
JÂNIO CEZAR DE MOURA	Assessor Especial/ PL-ASC	53,80%	120%
IVANEIDE CAMPOS DO NASCIMENTO	Secretário Parlamentar/ PL-SPC	28%	73,80%
JOSIRENE MARIA PRÍNCIPE AGOSTINHO	Secretário Parlamentar/ PL-SPC	28%	120%
ANTÔNIO RENATO DE LIMA NETO	Assessor Especial/ PL-ASC	110%	120%
JANINE PEREIRA GUERRA DE FARIAS	Assessor Especial/ PL-ASC	101,90%	120%
KARLA EMANUELLA DE ALBUQUERQUE	Assessor Especial/ PL-ASC	110%	120%
RAFAEL ALVES DE ANDRADE	Assessor Especial/ PL-ASC	62,10%	62,50%

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 08 de fevereiro de 2017.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 13/17

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 036891/2017, do **Deputado Eriberto Medeiros**,

RESOLVE: alterar a gratificação de representação de 89,10% (oitenta e nove vírgula dez por cento) para 78,40% (setenta e oito vírgula quarenta por cento), no cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, da servidora **LUIZA IZABEL DE ALMEIDA,** retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2017, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 08 de fevereiro de 2017.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 14/17

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 021/2017, do **Deputado Rodrigo Novaes**,

RESOLVE: alterar a gratificação de representação de 98% (noventa e oito por cento) para 95,10% (noventa e cinco vírgula dez por cento), no cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, da servidora **MIRELLA ARAÚJO SALDANHA E SILVA,** retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2017, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 08 de fevereiro de 2017.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 15/17

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 004/2017, do Deputado **Paulinho Tomé**,

RESOLVE: alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2017, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
DAMACELE TOMÉ DOS SANTOS	Assessor Especial/ PL-ASC	8,44%	85%
CARLOS ROBERTO DA SILVA BARBOSA	Assessor Especial/ PL-ASC	80%	90%
FLÁVIO EDSON DE FRANÇA CAVALCANTI	Assessor Especial/ PL-ASC	34,99%	15%
FRANCISCO PETRÔNIO HENRIQUE DA SILVA	Assessor Especial/ PL-ASC	80%	70,80%
JOSÉ CÍCERO BARBOSA	Secretário Parlamentar/ PL-SPC	113,38%	120%
LUIS CARLOS LINS CAVALCANTE	Assessor Especial/ PL-ASC	80%	100%
MARCOS ANTONIO MARINHO MONTEIRO	Assessor Especial/ PL-ASC	80%	100%
MARIA SORAIVA PEREIRA VIANA	Assessor Especial/ PL-ASC	80%	100%

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 08 de fevereiro de 2017.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 16/17

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 011/2017, do **Deputado Júlio Cavalcanti**,
RESOLVE: alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2017, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
JOÃO RODRIGUES DA SILVA	Assessor Especial/ PL-ASC	88,70%	17,42%
VIVIANE MARIA BISPO DA SILVA	Assessor Especial/ PL-ASC	120%	0%

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 08 de fevereiro de 2017.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 17/17

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 34/2017, do Deputado **Claudiano Martins Filho**,
RESOLVE: cancelar, atribuir e alterar a gratificação de representação dos servidores, conforme relação abaixo, nos termos da Lei n.º11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	Cargo/ Símbolo	Percentual Atual (DE)	Novo Percentual (PARA)
ALESSANDRA SAYURI BARBOSA MATSUSHIMA VIEIRA PEREIRA	Assessor Especial/ PL-ASC	50%	100%
EULÁLIA PEREIRA FELIZARDO	Secretário Parlamentar/ PL-SPC	0%	120%
JOSÉ RAFAEL DE SOUZA SIQUEIRA	Assessor Especial/ PL-ASC	0%	40%
MILTON MALTA MENDES DA SILVA	Assessor Especial/ PL-ASC	30%	50%
CÍCERO SOARES TELES	Assistente Parlamentar/ PL-APC	60%	46,30%
JULIANA GOMES DE ANDRADE	Chefe de Gabinete/ PL-CGC	50%	0%
JURACY DUQUE DE BARROS	Secretário Parlamentar/ PL-SPC	73,90%	0%
WILCK CAMILO FERREIRA DE SANTANA	Assessor Especial/ PL-ASC	59,86%	65%
EDUARDA ABELENDA OLIVEIRA LIMA	Assessor Especial/ PL-ASC	50%	70%
LÚCIO ROGÉRIO DE JESUS	Assessor Especial/ PL-ASC	70%	100%
HÉLIO SIQUEIRA ROSENBAUN	Assessor Especial/ PL-ASC	50%	16,05%
MARCELO HENRIQUE BARROS DE CARVALHO	Assessor Especial/ PL-ASC	60%	0%
ROBERTO ALVES DA CRUZ	Assessor Especial/ PL-ASC	50%	103,75%

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 08 de fevereiro de 2017.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 18/17

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 007/2017, do **Deputado Aluísio Lessa**,
RESOLVE: alterar a gratificação de representação de 60% (sessenta por cento) para 38% (trinta e oito por cento), no cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, da servidora **JUDITH MARIA PESSOA MEIRA SILVA,** nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 08 de fevereiro de 2017.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 19/17

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 10/2017, do **Deputado Waldemar Borges**,
RESOLVE: alterar a gratificação de representação de 60% (sessenta por cento) para 2% (dois por cento), no cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, do servidor **DIEGO SALES DE OLIVEIRA,** nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 08 de fevereiro de 2017.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA N.º 20/17

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 328/2017, do **Deputado Pedro Serafim Neto**,
RESOLVE: alterar a gratificação de representação de 98% (noventa e oito por cento) para 115,56% (cento e quinze vírgula cinquenta e seis por cento), no cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo PL-APC, da servidora **CHIRLE PEREIRA DUARTE,** retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2017, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 08 de fevereiro de 2017.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 21/17

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Ofício n.º 02/2017, do Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, **Deputado Claudiano Martins Filho**,
RESOLVE: lotar naquela Comissão, o servidor **JOSEMÁRIO FRANÇA DE SOUSA,** matrícula nº 24.526, ora a disposição deste Poder, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento), nos termos da Lei nº 11.641/99.

Secretaria da Assembléia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 08 de fevereiro de 2017.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 22/17

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Ofício n.º 03/2017, do Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, **Deputado Claudiano Martins Filho**,
RESOLVE: lotar naquela Comissão, o servidor **GLÁUCIO JOSÉ ARAÚJO VAZ,** matrícula nº 42.338, ora a disposição deste Poder, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 50% (cinquenta por cento), nos termos da Lei nº 11.641/99.

Secretaria da Assembléia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 08 de fevereiro de 2017.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 23/17

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 1.483/2017, do Presidente deste Poder Legislativo, Deputado **Guilherme Uchoa**
RESOLVE: fazer retornar à Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, o servidor **ERONIDES ALVES DE MENESES JÚNIOR**, matrícula nº 272.581-9, ora à Disposição deste Poder, ficando cancelada a gratificação de Assessor Técnico Especial, Símbolo PL-ASS-1, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2017, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nº 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 08 de fevereiro de 2017.

Deputado **DIOGO MORAES**
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 09/17

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 882285/2017 e Parecer da Procuradoria Geral nº 95/2017,
RESOLVE: Conceder a **CARMEM MARIA CARÍCIO MACIEL,** matrícula nº 406, Analista Legislativo, especialidade: Medicina, NI10, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, 06 (seis) meses de licença-prêmio por cada decênio, para gozo oportuno, correspondentes aos 2º (segundo) e 3º (terceiro) decênios, completados em 02 de setembro de 2006 e 02 de setembro de 2016, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 08 de fevereiro de 2017.

CRISTIANE ALVES DE LIMA
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 10/17

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 734628/2017, Parecer da Procuradoria Geral nº 0096/2017 e laudo da Junta Médica e de Aposentadoria da ALEPE,
RESOLVE: considerar licenciado por 15 (quinze) dias, a partir do dia 09 de dezembro de 2016, para tratamento de saúde, o servidor **ALCIDEZIO RAMOS DE ALMEIDA,** matrícula nº 527, Operador de Som, GBC2-07, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, nos termos do Art.109, inciso II da Lei nº 6.123/68.

Sala Austro Costa, 08 de fevereiro de 2017.

CRISTIANE ALVES DE LIMA
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 11/17

A SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 931252/2017, Parecer da Procuradoria Geral nº 75/2017 e laudo da Junta Médica e de Aposentadoria da ALEPE,
RESOLVE: considerar licenciada por 15 (quinze) dias, a partir do dia 17 de janeiro de 2017, para tratamento de saúde, a servidora **EDIDA MARIA MACIEL CAMPOS,** matrícula nº 368, Técnico Legislativo, especialidade: Processo Legislativo, NII10, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, nos termos do Art.109, inciso II da Lei nº 6.123/68.

Sala Austro Costa, 08 de fevereiro de 2017.

CRISTIANE ALVES DE LIMA
Superintendente Geral